

Lei nº 54 de 25 de novembro de 1952
 "Aprova o Código Tributário Municipal"

A Câmara decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Código Tributário Municipal

Título I

Das Tributos em Geral

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 1º - Este Código dispõe sobre o lançamento, cobrança e fiscalização dos tributos municipais e estabelece normas gerais de direito fiscal a ele pertinentes.

Art. 2º - Além dos impostos que tiverem a seu cargo, os que lhe forem transferidos pela União e pelo Estado, integram o sistema tributário do Município de Cruz: I - Impostos

- 1 - territorial urbano;
- 2 - predial;
- 3 - industrial e profissional;
- 4 - licenças;
- 5 - atos de economia do município ou assuntos de sua competência;
- 6 - diversas públicas.

II - Taxas

- 1 - limpeza pública;
- 2 - adensar de pensões e medidas.

III - Contribuições de Melhoria

Capítulo II

Das Lei Fiscal

Art. 3º - Nenhum tributo será exigido ou alterado, nem se considerará qualquer pena como contribuinte ou responsável pelo cumprimento de uma obrigação fiscal, senão em virtude deste Código ou de outra lei especial.

Art. 4º - A lei fiscal entra em vigor três dias após sua publicação, salvo quanto à disposições relativas à criação ou aumento de tributos.

as quais entrarão em vigor a partir de 1º de Janeiro do ano seguinte.

Art. 5º - Este Código poderá ser revisto sempre que, no decurso do exercício anterior, tenha ocorrido alteração substancial na legislação tributária do Município.

Capítulo III

Da Administração Fiscal

Art. 6º - Todas as funções referentes à arrecadação, fiscalização, lançamento e assistência de contribuintes, taxas e contribuições, assim como à aplicação de sanções por infrações das disposições do presente Código ou outras leis locais, serão exercidas pelo Serviço de Fazenda.

Art. 7º - Todas as funções relativas ao controle da arrecadação e fiscalização dos tributos devem, sem prejuízo do zelo e vigilância indispensáveis ao seu devido cumprimento de suas atividades, de acordo com as técnicas contribuintes, um número de horas exaustivamente por hora a inteligência e diligência observância das leis locais.

§ 1º - Os contribuintes e de reclamar ao Serviço de Fazenda contra a falta dessa assistência.

§ 2º - A ação repressiva por parte da Prefeitura, de modo exemplar, contra os contribuintes infratores que, intencionalmente ou por descuido, lesarem o Fisco, ou que tentarem lesá-lo.

Art. 8º - O Serviço de Fazenda fará cumprir e dar cumprimento às declarações e de papéis que devem ser preenchidos, obrigatoriamente, pelos contribuintes, para efeito de fiscalização, lançamento, recolhimento de impostos, taxas e contribuições.

Art. 9º - Mediante acordo ou contrato poderá ser cometida a arrecadação de determinados impostos ou taxas, por determinado tempo, a repartições ou funcionários federais ou estaduais, e a autarquias, sociedades de economia mista ou entidades particulares, cabendo aos interesses do Município.

Art. 10º - As autoridades locais são as que têm jurisdição e competência definidas em lei.

Capítulo IV

Do Município Fiscal

Art. 11 - O domicílio fiscal do contribuinte, e demais responsabilidades pagamento de impostos, taxas e contribuições, para efeito de aplicação deste Código, são as que o mesmo reside habitualmente ou em que se encontra para propósitos de estabelecimento ou exercício de atividade sujeita ao imposto ou taxas a pagar.

Parágrafo único - O domicílio fiscal constará obrigatoriamente das guias e demais documentos que o contribuinte apresentar à Fazenda Municipal. Qualquer mudança deve ser comunicada, dentro de quinze (15) dias de sua efetivação.

Capítulo V

Das Obrigações Tributárias Acumuladas

Art. 12 - Os contribuintes, e demais responsáveis, ficam obrigados a cumprir as determinações deste Código no que se refere a todas as tributações com o Fisco de Facilitar o lançamento, fiscalização e cobrança de imposto, taxas e contribuições.

Parágrafo único - Sem prejuízo do que se estabelece de maneira especial, o contribuinte, e responsável está obrigado:

I - a apresentar guia e declaração, a certidão, nos termos próprios, e Livro gerador de obrigações fiscais, segundo as normas deste Código, e regularmente. Livro;

II - a comunicar à Fazenda Municipal, dentro de 15 dias de notificação oficial, qualquer alteração capaz de gerar, modificar ou extinguir obrigações fiscais;

III - a conservar e a apresentar ao Fisco, quando solicitado, qualquer documento que, de algum modo, se refira a operações em situação que constitua Livro gerador de obrigações, e em de cumprimento de obrigação de dados consignados nas guias e documentos oficiais;

IV - a prestar, sempre que solicitado pela autoridade competente, informações e esclarecimentos com respeito a operações ou a fatos do Fisco, para constituir Livro gerador de obrigações fiscais;

V - de modo geral, o Fisco, por todos os meios ao seu alcance, a taxas de lançamento, fiscalização e cobrança de tributos devidos à Fazenda Municipal.

Art. 13 - O Fisco poderá requisitar a terceiros, e estes ficam obrigados a fornecer-lhe, todos os informes relativos a fatos geradores de obrigações fiscais que, no exercício de sua atividade, tenham contribuído para realizar ou de-
baram contribuir, pelo quando, por si ou de terceiros, e ficam obrigados a guardar sigi-
lo em relação a esses fatos.

§ 1º - As informações obtidas por si ou de terceiros, de acordo com o artigo 13, têm caráter sigiloso, e não poderão ser divulgadas em defesa dos interesses fiscais de União, do Estado e do Município.

§ 2º - Constitui falta grave, a divulgação de informações obtidas nos exa-
mines de contas ou documentos exibidos.

Capítulo VI Do Lançamento

Art. 14 - Os atos formais relativos ao lançamento de tributos fisci-
rais a cargo do Fazendeiro Municipal.

Parágrafo único - O erro no lançamento não isenta o contribuinte do pagamento do tributo nem de qualquer modo de apro-
veitamento.

Art. 15 - O lançamento efetua-se na base de dados constante do
Cadastro Fical ou de declarações apresentadas pelos contribuintes e de
outras responsáveis, na forma e época estabelecidas neste Código.

§ 1º - As declarações deverão conter todos os elementos e dados neces-
sários ao conhecimento do fato gerador das obrigações fiscais e à verifica-
ção do montante do crédito tributário correspondente.

§ 2º - O Fazendeiro Municipal examinará as declarações, para
verificar a exatidão dos dados nele consignados. Quando o contribuinte
ou responsável não houver prestado declaração ou a mesma apresentar-
se incompleta, por seu ou de terceiros, ou por erro dos fatos consignados, o lança-
mento será feito "ex-officio", com base nos elementos disponíveis.

Art. 16º - Os dados de obter elementos que lhe permitam veri-
ficar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e res-
ponsáveis e de determinar, com precisão, a natureza e o montante do
crédito tributário, o Fazendeiro Municipal produzirá:

a) exigir a qualquer tempo a exibição de livros e comprovantes de

atras operações que passam constituir o grau de obrigação fiscal;

b) fazer inspeção nos lugares e estabelecimentos onde se exercem as atividades sujeitas à obrigação fiscal e nos livros que constituam matéria inspecível;

c) - exigir informes e comunicações, escritas ou verbais;

d) - notificar, para comparecer à Prefeitura, o contribuinte e o responsável;

e) - requerer o auxílio do Juiz publico ou ordem do autoridade judicial para levar a cabo as inspeções ou o registro de livros e estabelecimentos, assim como de objetos e livros do contribuinte e o responsável, quando estes se opuserem ou obstaculizem a realização da diligência.

Parágrafo único - Nos casos a que se refere a letra e, o funcionário encarregado terá de diligência do qual fará constar especificadamente o elemento examinado.

Art. 17 - Os lançamentos e suas alterações serão comunicados aos contribuintes por edital afixado na Prefeitura, por publicação em jornal local ou por notificação direta.

Art. 18 - Far-se-á revisão dos lançamentos sempre que se verificar erro na fixação da base tributária, ainda que o elemento indutor dessa fixação de base le, diga-se, dessa fixação tenham sido apurados diretamente pela Fazenda Municipal.

Art. 19 - Os lançamentos efetuados "ex officio", ou decorrentes de arbitramento, poderão ser revisados em face da superveniência de prova incontestável que modifique a base de cálculo utilizada no lançamento anterior.

Art. 20 - É facultado ao preposto de fiscalização o arbitramento de bases tributárias, quando ocorrer por qualquer motivo não se possa estabelecer exatamente.

§ 1º - O arbitramento, em qualquer caso, será efetuado conjuntamente pelo Funcionário Fiscal que haja verificado a porquidade e com o preposto do Serviço de Fazenda, designado pelo superior imediato.

§ 2º - O arbitramento que não tiver caráter punitivo determinará a base tributária presumida, sendo a comparação das atividades do con-

tribuinte com outras assembléas, e provisó de fundamento á restauração
do processo local.

Capítulo VII

Da cobrança e recolhimento de Tributos

Art. 21 - A cobrança dos tributos far-se-á:

- I. para pagamento à boca do cofre;
- II. por procedimento amigável;
- III. mediante acção executiva.

§ 1º - A cobrança para pagamento à boca do cofre far-se-á pela forma
e nos prazos estabelecidos no regulamento de cada tributo.

§ 2º - Terminado o prazo, ficam os contribuintes sujeitos à multa inicial
de 10%, acrescida de juros de mora de 17% ao ano.

Art. 22 - Poder-se-á a cobrança amigável na própria Prefeitura, durante
o período mínimo de 60 dias, a contar da terminação do prazo para paga-
mento à boca do cofre.

Art. 23 - Se resultar infructifera a cobrança amigável, recívo decorrido no
término de que, no prazo de 30 dias, terá início a cobrança judicial do tribu-
to.

Art. 24 - Nenhum recolhimento de imposto, taxa, contribuição ou multa,
exceto o que se faça em pês ou guia, será efectuado sem que se ex-
poe o competente talão-moço.

§ 1º - A Prefeitura fará imprimir os livros de talões-moços que serão
numerados seguidamente dentro de respectiva série e conterão os diversos
característicos e sinais de autenticidade que forem julgados necessários.

§ 2º - Os talões serão extrahidos no mínimo em três vias, a carbonos des-
pê e a lápis tanto, sem borrões, rasuras ou emendas e com a letra legi-
vel e clara, sendo a primeira tão entregue ao contribuinte.

§ 3º - Os recibos passados nos livros de recolhimento serão obrigatoriamente
assinados, de próprios punhos, pelos Collectores, ou, simplesmente
Tesoureiros, ou, por quem o cargo, sem pontos ou substitutos legais.

§ 4º - No caso de expedição fraudulenta de guias ou talões e de
aplicação de pês errados, ou procedimentos administrativos e criminaes
t, os funcionários que os houverem praticado ou fornecido.

Art. 25. Não se procede contra o contribuinte que tenha pago tributo ou agido de acordo com decisão administrativa ou judicial passada em julgado, mesmo que, posteriormente, venha a ser modificada a jurisprudence.

Art. 26. Pela cobrança, a menos, de impostos, taxas e multas, responde perante a Fazenda Municipal, politicamente, o funcionário responsável, cabendo-lhe direito regressivo contra o contribuinte.

Capítulo VIII

Das retificações

Art. 27. Os pedidos de retificação de impostos, taxas e multas, apresentados para recebidos, se apresentados dentro do prazo de 60 dias, contados da data do recolhimento, e quando acompanhados dos documentos que comprovam os respectivos pagamentos.

§ 1º - A retificação de impostos que incidir de se o requerente criar qualquer obstáculo ao exame de sua escrita comercial ou de documentos, - quando isso se tornar necessário à verificação de procedência do pedido.

§ 2º - No caso de extravio ou desaparecimento comprovado, poderá a guia ou talão ser suprido por certidão expedida pelo Serviço de Fazenda.

Art. 28. Quando se tratar de tributos e multas indolentemente arrecadados, em virtude do erro cometido pelo Fisco ou pelo contribuinte, e devidamente apurado pela autoridade competente a retificação far-se-á de ofício e dentro do prazo máximo de 30 dias, a contar da data da apuração.

Capítulo IX

Da prescrição

Art. 29 - O direito de proceder ao lançamento de impostos, assim como a sua revisão e suplementação, extingue-se cinco (5) anos depois da expiração do ano fiscal em que se tiverem devidos.

Parágrafo único - O prazo estabelecido neste artigo interrompe-se por qualquer operação ou exigência administrativa necessária à revisão ou ao lançamento, desde que comunicada ao contribuinte, começando de novo a esmer, ficando o ano em que esse procedi-

mento tiver lugar.

Art. 30. O direito de cobrar as dívidas provenientes de tributos, ex-
cludidos os que constituam um novo pósto impositivo, prescreve-se em cinco
anos (5) a contar do término do Exercício, do qual, diga-se, deuto do
qual ele se tomarem devidas. Prescreve, porém, em dois (2) anos a di-
vida ativa inscrida a Cr. P. 100.00 (cem mil cruzeiros), contado o prazo de qu-
quienho respectivo, se o tributo prefixado, e, em caso contrário, do dia em
que for contraída.

Art. 31. Integram-se a prescrição de dívida ativa fiscal:

- a) em qualquer extinção ou notificação de tributo ao contribuinte, em repartição ou Juízo Fiscal, para pagar a dívida;
- b) pela concessão de prazo especial para esse fim;
- c) - pelo despacho ou a denou a citação judicial do respon-
sável para efetuar o pagamento;
- d) - pela apresentação do documento com protesto da
dívida em Juízo de inventário ou concurso de credores.

Art. 32. Essa, igualmente, em cinco (5) anos, o poder de aplicar
ou de cobrar multas por infração deste Código, exceto nos casos de quantia
inscrida a Cr. P. 100.00, (cem mil cruzeiros), em que o prazo será de dois
(2) anos.

Capítulo X

Das Impunidades e Isenções

Art. 33. Além das imunidades e isenções de impostos previstas
na Constituição Federal, na Estadual, na Lei Orgânica dos Municípios e
neste Código, sómente subsistirão as que tenham a ser concedidas por
lei especial.

§ 1º - Os impostos de imposto serão reconhecidos por ato do Prefeito
sempre a requerimento dos interessados.

§ 2º - Não ficam sujeitas a ato declaratório de Prefeito as isenções
referentes às entidades de direito público.

§ 3º - Os impostos não abrangem, em caso algum, as taxas devidas
por a qualquer título.

Título II Das Penalidades Capítulo I

Das penalidades em Geral

Art. 34 - As infrações deste Código e demais leis locais serão punidas com as penas de apreensão e multa, de conformidade com as normas estabelecidas neste Título.

Art. 35 - A omissão do pagamento de tributo e o grande, dolo, por fraude fiscal serão apurados mediante apresentação, notificação prévia, na ou auto de infração.

Art. 36 - O omissão do pagamento não será considerada caso fraudulento se o contribuinte não diligenciar em occultar o dolo ao agente da fiscalização.

§ 1º - De-se presumir a fraude fiscal quando o contribuinte não dispôr de elementos de convicção em pagar das anotações por sua admissão involuntária a omissão do pagamento.

§ 2º - Em qualquer caso, excluir-se-á a culpa fraudulenta na omissão de que trata este artigo.

§ 3º - Ocorrerá-se fraude também o não pagamento de tributo, temporariamente, quando o contribuinte o deve pagar a seu próprio requerimento formulado antes de qualquer diligência fiscal e a negligência perdurou após decorrido o (8) dias contados da data de entrada desse requerimento na repartição arrecadadora competente.

Art. 37 - Admitir-se-á interpretação extensiva e aplicação analógica sempre que se devam observar, em processos análogos em legislação municipal, normas gerais de direito financeiro mais expressamente consignadas neste Código.

Capítulo II

Da Notificação, Apreensão e Representação

Art. 38 - Os funcionários municipais, quando verificarem qualquer ação ou omissão contrária às disposições deste Código e regulamentos locais, deverão alternativamente:

a) - expedir notificação ou intimar os contribuintes faltosos para

no que regularize sua situação perante a Fazenda Pública;

b) - lavrar auto de infração, quando não caber a providência sedi- cada no item anterior;

c) - efetuar a apreensão de mercadoria, quando a medida se enquisar no termo do Seco 3º deste Capítulo;

d) - representar ao Juízo quando o funcionário faltar competência para proceder no âmbito dos itens anteriores.

Seco 2º

Da Notificação Preliminar

Art. 39 - Quando, no exercício de suas funções, perceber o Funcionário Local infração de dispositivo de lei ou regulamento, ou em ponto e- versos de renda, expedir contra o contribuinte infrator notificação pre- liminar para que, no prazo inprorrogável de oito (8) dias, regulari- ze a sua situação.

§ 1º - A notificação que terá características de lida em regula- mento, será feita por escrito, assinada, descolada de talão próprio, for- mado pela repartição, no qual o infrator aparece o "ciente".

§ 2º - Esgotado o prazo de que trata este artigo, sem que o infrator tenha regularizado a sua situação perante a repartição competente, la- vras-se o auto de infração.

§ 3º - Lavrar-se-á, igualmente, auto de infração, quando o contri- buinte se recusar a tomar conhecimento de notificação preliminar.

Art. 40 - A notificação determinará a imposição de multa de 50% (dez por cento), da quantia exigida.

Art. 41 - A multa de que trata o artigo anterior será imposta no ato do recebimento da quantia a que se refere a notificação preliminar.

Art. 42 - Considera-se convencido de débito o contribuinte que pagar o imposto mediante notificação preliminar, da qual não cabe qualquer recurso, mas se podendo receber do notificado qualquer reclamação ou dilação antes de regularmente autuado.

Art. 43 - Não caberá notificação preliminar, devendo o contribu- te se imediatamente autuar:

1. se não tiver decorrido um ano, contado da última re-

ificação preliminar, e o contribuinte houver incidido em nova falta que envolva a prorrogação de rendas;

II - quando for encontrado no exercício de atividade de mercantil sem prévia licença de habilitação, ou sem a competente inscrição no seu Cadastro Fiscal;

III - quando se fizer prova de que o contribuinte debygou para sustar-se os pagamentos do imposto;

IV - quando for manifestado ânimo de pagar, na prática, de qualquer infração desta lei.

Art. 44 - Flusabadas as hipóteses de notificação, previstas nesta Lei, as verificarem a infração de qualquer disposição deste Código ou regula-mento fiscal, o proposit de Fazenda Municipal procederá à lavratura do competente auto de infração, de conformidade com as normas estabelecidas no Título III.

Seção 3ª

Da Apreensão

Art. 45 - Nos casos em que a apreensão de bens se impuser como con-dição necessária à comprovação de infração ou à garantia de pagamento do tributo, multa ouvida, ou o Jorral o tempo respectivo, no qual se ar-polarão todos os objetos apreendidos, estimando-se o seu valor, necessa-rio-se as circunstâncias do débito.

Parágrafo único - Será fornecida a parte escrita do termo de apreensão.

Art. 46 - Os bens apreendidos para depositados no almoxarifado ou depósito de habilitação, ali ou o interessado pode fazer a condução di-reta a quem esteja legalmente obrigado.

§ 1º - Os bens apreendidos para levados à hasta pública no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da apreensão, se o interessado não provar que cumpriu as exigências no prazo legal.

§ 2º - Quando a apreensão se dar em bens de fácil de transferência, para eles deva ser imediatamente a estabelecer o elemento de avaliação, to-mando-se o competente recibo; o de transferência remota, deverá ser levados em hasta pública no prazo de 90 (noventa) dias, se não fu-

sem reclamação nãse pago, mediante ou provação do cumprimento da exigência fiscal.

Local 4ª Da Representação

Art. 47. Omissão de pagamento de tributo e a grande mais apena. da mediante representação, quando outoradas por funcionários incompetentes para notificação ou atuação no local onde tenham sido verificadas.

§ 1º. A representação municipal ou municipalização de prova ao al. não caberá de a omissão ou a grande, indicará os elementos de prova ao al. cana de papéis recolhidos de fiscalização e para dirigidos ao tributo.

§ 2º. A representação para objeto de diligência estirada por propo. to dirigido pelo tributo e intimará o processo fiscal de cobrança de tributo e multa.

§ 3º. - Quando a representação for procedente e do respectivo processo resultar imposição de multa, esta será executada na forma do Capítulo a seguir.

Capítulo III Das multas

Local 1ª

Disposições Gerais

Art. 48. Independentemente das penalidades impostas neste Capítulo, é sempre exigível o tributo devido.

Art. 49. Os reincidentes em infrações de conteúdo das normas estatutárias do mto código terão agravadas de 20% as penas nele estipuladas.

Parágrafo único - Considera-se reincidência a repetição de infração de um mesmo dispositivo pelo mesmo pessoa física ou jurídica, depois de passado em julgado, administrativamente, depois condenatória referente à infração anterior.

Art. 50. As multas serão impostas em grau mínimo, médio ou máximo, conforme a gravidade de infração e a capacidade econômica do infrator.

Art. 51. A aplicação de multas não prejudicará a ação criminal ou, no caso, cível.

Art. 52 - Os co-autores e co-implantes na infração tentativa de infração ao disposto no Código respondem, solidariamente, com os autores, pelo pagamento do tributo devido, ficando sujeitos às mesmas penas, ficando em falta a falta.

Art. 53 - Impunendo-se, no mesmo processo, infração de mais de uma disposição do Código, pela mesma pessoa, será aplicada somente a pena correspondente à infração mais grave.

Art. 54 - Se do processo apurar a responsabilidade de diversas pessoas, não simuladas por co-autoria ou complicidade, será imputada a cada uma delas a pena relativa à irregularidade que houver cometido.

Art. 55 - O contribuinte que, espontaneamente, procurar a Prefeitura, antes do procedimento fiscal, para sanar qualquer irregularidade ou pagar tributo devido, será atendida desde logo, sujeito somente à multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do tributo.

Seção 2ª

Das multas por não cumprimento da Obrigação Accessória

Art. 56 - É passível de multa de Cr. \$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr. \$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) o contribuinte ou responsável que:

a) - exercer atividades ou praticar atos sujeitos a licença, antes da concessão desta;

b) - deixar de fazer a inscrição ou declaração de movimento econômico com dados necessários ou essenciais;

c) - deixar de comunicar, dentro dos prazos legais, as alterações ou baixas que impliquem em modificar ou extinguir taxas anteriormente gravadas;

d) - deixar de apresentar, dentro dos prazos, a declaração de movimento econômico de estabelecimento seu;

e) - obrigado a fazer, deixar de apresentar à Prefeitura documento exigido por lei ou regulamento fiscal;

f) - negar-se a exhibir livros ou documentos da conta fiscal que interesse à fiscalização.

Art. 57 - É passível de multa de Cr. \$ 200,00 (duzentos cruzeiros) a Cr. \$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), o contribuinte ou responsável que:

a) - apresentar ficha de inscrição fora do prazo legal;

2) - deixar de cumprir qualquer outra obrigação acessória estabelecida neste Código ou em regulamento Fiscal:

Art. 58 - As multas de um testam. os artigos 56 e 57 do C. d. g. p. s. são applicadas sem prejuizo de outras penalidades por motivo de fraude ou purgacao de simstos.

Dei 3^a
Das multas em preçai de tributo

I - multa de importância igual ao valor do tributo, mas
nunca inferior ao \$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), e que consistem infra-
ção capaz de elidir o pagamento do tributo, no todo ou em parte, sem ter
regularmente apurada a falta e se não ficar provada a existência de
artifício doloso ou intuito de fraude;

III - multa di C.D. 1.000,00 (due milcinquecento) e cin-
que milcinquecento (C.D. 5.000,00):

b) - misturar pedidas de resina ou pedras de mi-
gritos com documentos falsos ou que contenham falsidade;

§ 9º - Os casos da alínea "a" do inciso III, a serem apl.

câmbio para multa de duas a cinco vezes o valor do tributo que se pretende pagar, sempre que se puder determinar esse valor.

§ 2º. Considera-se consumada a fraude fiscal em casos do inciso III mesmo antes de perdidos os prazos de cumprimento das obrigações tributárias.

§ 3º - São prova em contrário, presume-se o dolo em qualquer das seguintes circunstâncias ou outras análogas:

a) contradição evidente entre o livro e documento de escrita fiscal e os elementos das declarações e guias apresentadas às repartições municipais;

b) manifeste desacordo entre o preceito legal e regulamento instaurado às obrigações fiscais e sua aplicação por parte dos contribuintes ou responsáveis;

c) recusa de informar e comunicar dados ao Fisco com respeito aos fatos geradores de obrigações fiscais;

d) omissão do lançamento nos livros, livros, declarações ou guias de bens, atividades ou operações que constituam fatos geradores de obrigações fiscais.

Seção 4ª

Do Funcionário e Agentes Fiscais

Art. 60 - São punidos com multa equivalente a 10 dias de respectivo vencimento:

a) - o funcionário que se negar ou a presta assistência ao contribuinte, quando por ele solicitada, na forma deste Código;

b) - o agente fiscal que, por negligência ou má-fé, causar ou autorizar a obediência aos requisitos legais, de forma a levar a nulidade.

Art. 61 - É o Prefeito a única autoridade competente para impor as multas a que se refere o artigo anterior.

Art. 62 - O pagamento de multa decorrente do processo fiscal se tornará exigível depois de passada em julgado a decisão ou a impugnação.

Título III

Do Fisco Fiscal

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 63 - Haverá duas instâncias para a decisão das questões factuais.

§ 1º - Os reclamações contra lançamentos, notificações, auto de infração seja julgado, em primeira instância, pelo Juiz de Fazenda.

§ 2º - Os recursos contra as decisões de primeira instância, seja julgado em segunda e última instância.

Capítulo II

Das reclamações contra lançamentos

Art. 64 - Os contribuintes que não concordarem com os lançamentos feitos pela Prefeitura, poderão reclamar por petição dirigida ao chefe ou encarregado de Serviços de Fazenda, dentro de dez (10) dias, contados da expedição publicação, afixação ou distribuição, notificação.

Parágrafo único - Cabe, também, reclamação por facto de qual quer natureza, contra a Omissão ou exclusão de lançamentos.

Art. 65 - Os reclamações serão autuadas e processadas nos Serviços de Fazenda, que ordenarão a diligência necessária a cabal instrução do processo.

Art. 66 - Os reclamações e o recurso contra lançamentos terão efeito suspensivo sobre a cobrança dos tributos devidos.

Capítulo III

Do Auto de Infração

Art. 67 - O auto de infração deve relatar, com precisão, clausula, sem entrelinhas, rasuras, emendas ou borrões, a infração verificada, mencionando o local, data e hora da lavratura, o nome do infrator, do pessoal ou estabelecimento por onde for testemunhada, se houver, e tudo o mais que o correu na ocasião e que possa esclarecer o processo.

§ 1º - O auto deverá ser lavrado no estabelecimento ou local em que for verificada a infração, ainda que aí não reside

o rito, podendo ser dactilografado ou impresso em relação as palavras, citando os clausos ou preenchidos a mais e inutilizados as entrelinhas ou brancos.

§ 2º - Os incorrecções ou omissões do auto não acarretarão nulidade, quando do processo constarem elementos suficientes para determinar com segurança a rito e o rito.

§ 3º - Os autos e termos lavrados deverão ser assinados pelos autuados, seu representante ou pessoas interessadas que elles têmham assistido a lavratura, podendo a assinatura ser lançada sob protesto.

§ 4º - Se o rito, ou quem o representa, não puder ou não quiser assinar o auto ou termo, far-se-á menção dessa circunstância; a assinatura não implicará em confissão, nem a recusa agravará a falta cometida.

Art. 68 - O livro ou documento apreendido ou anexado ao processo poderá ser substituído a requerimento do interessado, depois de visto de parte a repartição e de extrair cópia autêntica que substituirá o processo, desde que isso não prejudique a comprovação do rito.

Art. 69 - Aos autuados serão facultadas todas as meios legais de defesa, incluindo apresentação de testemunhas.

Parágrafo único - Os testemunhos serão ouvidos pelo chefe de repartição preparadora do processo, e os depoimentos reduzidos a termo.

Art. 70 - O rito terá marcado prazo de dez (10) dias para a apresentar defesa, dando a notificação por escrito.

I - pelo autuado, na ocasião da lavratura do auto, quando este se efetuar no estabelecimento local onde se realizou a rito, e o rito, ou seu representante, estiver presente e o assinar, entregando-lhe, nesta ocasião, intimação escrita, na qual se mencionarão as rito capituladas no auto e o prazo para a defesa.

II - pelo Serviço de Fazenda:

a) quando o auto for lavrado na ausência do autuado, ou seu representante;

b) - quando o autuado, ou seu representante, não comparecer a assinar;

- c) - quando o auto foi lavrado em consequência de diligência efetuada fora do estabelecimento;
- d) - quando se tratar de denúncia.

§ 1º - Quando no decurso do processo for indicada a pessoa de quem dependa o auto, como responsável pela falta autuada ou por outra qualquer, seu ill. o marcado prazo para a defesa, incidendo de novo auto.

§ 2º - A notificação pelo Serviço de Fazenda, para a apresentação de defesa, será feita conforme as circunstâncias peculiares a cada caso:

- I - por intimação verbal, certificada no processo;
- II - por intimação escrita, provida com recibo do correio ou com o "ciente" datado e assinado pelo notificado ou quem o representar;
- III - por edital, com o prazo de quinze (15) dias, afixado em lugar público ou publicado na imprensa, se desconhecido o domicílio ou residência do infrator.

§ 3º - Se a parte alegar motivos justos que a impeçam de apresentar defesa dentro do prazo marcado, poderá isto ser dilatado por mais dez (10) dias, mediante requerimento dirigido ao Chefe o Encarregado do Serviço de Fazenda.

§ 4º - Decorrido o prazo, sem apresentação de defesa, prosseguirá a averbação da circunstância certificada no processo, que prosseguirá a averbação do infrator.

§ 5º - Nas petições indigidas em termos de calúnia, injúria ou calúnia, o chefe de repartição mandará cancelar as expressões fulgidas ofensivas, prosseguindo-se como de direito.

Capítulo IV

Da defesa em 1ª Instância

Art. 7º - A reclamação deverá ser apresentada na Prefeitura dentro de dez (10) dias, contados da data de notificação, da lavratura do auto, do auto de infração, do sabimento do auto de lançamento ou publicação do respectivo edital.

Art. 72 - O preparo do processo fiscal ficará a cargo do Serviço de Fazenda, até o julgamento de primeira instância.

Art. 73 - Os processos organizados em forma de autos físicos, com as folhas devidamente numeradas e rubricadas, com os pareceres e informações a serem dados em ordem cronológica, terão o seguinte andamento:

1 - apresentados a direção do autuado, sendo devida vista ao autuado, imediatamente, para, no prazo de cinco (5) dias, manifestar-se sobre a decisão;

2 - o chefe ou encarregado do Serviço de Fazenda apresentará depois no prazo de 10 dias:

Art. 74 - A prova de entrega da decisão em 1ª instância, consistirá do processo:

I - pelo "ciente" datado e assinado pelo interessado, ou quem o representar, se desta personalmente a intimação;

II - pelo recibo de volta (RV) datado e assinado pelo destinatário ou alguém do seu domicílio, no caso de entrega pelo correio.

§ 1º - (no caso de entrega pelo correio, sendo a data anotada no recibo de volta (RV), presume-se, salvo prova em contrário, que a intimação se fez seis (6) dias após a entrega da carta ao correio.

§ 2º - Descontado em recibo o endereço do destinatário, a intimação será efetuada na imprensa ou edital afixado na Prefeitura, em ambos os casos, com prazo de dez (10) dias.

Capítulo I Do Recurso

Art. 75 - Da decisão de primeira instância, caberá recurso voluntário para a Junta de Recursos Fiscais, interposto no prazo de vinte (20) dias, contados da ciência da decisão.

Art. 76 - É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versarem sobre o mesmo assunto, alcançarem o mesmo contribuinte, salvo quando provier das em um só e mesmo processo fiscal.

Art. 77 - Os recursos serão apresentados com uma cópia, isenta de qualquer tributo, que será arquivada no Serviço de Fazenda e na qual se anotará o resultado do julgamento.

Capítulo VI

Da Garantia da Justiça

Art. 78 - Nenhum recurso voluntário será encaminhado à Junta de Recursos Fiscais, sem o prévio depósito de 50% das quantias exigidas, ficando o direito do recorrente que não efetuar o depósito no prazo o artigo 75, deste Código.

Art. 79 - Quando a importância total do litígio exceder de R\$ 30.000,00, permitir-se-á, para interposição de recurso voluntário, fiança idônea, segundo o prazo a que se refere o art. 75, cabendo ao chefe ou encarregado do Serviço de Fazenda julgar de idoneidade do fiador.

Parágrafo único - Ficais onerados ao processo o requerimento ao juízo fiador para interposição de recurso, devendo constar desse requerimento, a aquiescência expressa do fiador e sua mulher, no caso, sob pena de indeferimento.

Art. 80 - Se o fiador for julgado indôneo, poderá o crédito serito, depois de devidamente intimado e dentro do prazo igual ao que setava, quando protocolado o requerimento de prestação de fiança, oferecer outro fiador, indicando outros elementos comprovantes da idoneidade do novo.

Parágrafo único - Mai poderá o fiador quem não estiver quitado com a Fazenda Municipal ou seja não possua de dívida reconhecida.

Art. 81 - Recusado o fiador, será o recorrente intimado a efetuar o depósito no prazo de cinco (5) dias.

Capítulo VII

Do Julgamento em Segunda Instância

Art. 82 - A Junta de Recursos Fiscais será presidida pelo chefe ou Encarregado do Serviço de Fazenda e integrada por mais dois (2) membros, sendo um representante da Fazenda Municipal e outro representando os estabelecimentos, indicados pela Associação Comercial da entidade - que represente o Comércio, a Indústria ou o Comércio, havendo, outro, ainda, um suplente para cada um deles.

Art. 83 - A Junta de Recursos Fiscais só poderá deliberar quando reunida a maioria de seus membros, obedecendo as normas dos parágrafos -

seguinte:

§ 3º - As decisões são tomadas por maioria de votos, cabendo ao presidente o voto de qualidade.

§ 4º - Os processos para distribuídos aos membros da Junta mediante sorteio.

§ 5º - O relator terá dez (10) dias para estudo dos processos que lhe forem distribuídos.

Art. 84 - A Junta poderá converter em diligência qualquer julgamento; neste caso, o laudo, digo, o relator lançará no processo, com o voto do Presidente, o que for decidido.

Parágrafo único - O relator terá novo prazo de cinco (5) dias para completar o estudo, contado de data em que sobre o processo, com a diligência cumprida.

Art. 85 - Enquanto o processo estiver em diligência ou em estudo com o relator, poderá o interessado requerer ao Presidente a juntada de documentos.

Art. 86 - Facultar-se-á sustentação oral de recursos, durante 15 minutos.

Art. 87 - A decisão, sob forma de acórdão, será redigida pelo relator, até 8 dias após o julgamento; se o relator for vencido, o Presidente designará o outro membro da Junta para redigi-la, dentro do mesmo prazo.

Parágrafo único - Os votos vencidos, quando fundamentados, serão lançados em segundo acórdão, dentro de oito dias de data do julgamento.

Capítulo VIII

Da Ordem dos Trabalhos

Art. 88 - O Presidente mandará organizar a pasta dos processos, atendidos os seguintes critérios preferenciais: data de entrada no protocolo de Junta, data do julgamento de primeira instância e, finalmente, maior valor, se coincidirem aqueles dois elementos de produção.

Art. 89 - Passadas em julgado as decisões, a Junta encaminhará o processo à repartição competente, para as providências de execução.

Art. 90 - Os membros da Junta deverão declarar-se impedidos

no processo de seu interesse pessoal ou das sociedades de que façam parte como sócios, estatistas, acionistas, interessados ou membros de direção ou Conselho Fiscal.

§ 1º - Impedido de qualquer membro, convocação Presidente ou respectivo suplente, para substituí-lo.

§ 2º - Subsiste o impedimento quando este for interessado parental até o 3º grau.

Art. 90 - A Junta poderá apresentar ao Conselho para:

I - comunicar irregularidades ou falta funcional, verbalizada no processo, no intimação instruída;

II - propor as medidas que julgar necessárias à melhor organização do processo;

III - sugerir providências de interesse público, em assembleia embebedada e sua deliberação.

Art. 91 - A Junta mandará cancelar, no processo submetido a julgamento, as expressões desrespeitosas ou inconvenientes, porventura usadas por qualquer das partes.

Parágrafo único - Terá preferência absoluta, para exclusão em pauta e para julgamento, o processo de que constar a apreensão de mercadorias.

Capítulo IX

Da Execução das Decisões Fiscais

Art. 93 - As decisões definitivas serão cumpridas:

a) quando contrárias à Fazenda, mediante retificações, "ex-officio" das importâncias recolhidas em excesso ou indevidamente, com multa ou tributo, e das importâncias canceladas para interpretação de recursos;

b) pela liberação das mercadorias retidas nos alvarás de depósito de Prefeitura, pago, previamente, o importância das multas e tributos devidos;

c) pela execução imediata de dívida.

Art. 94 - Para as providências de que tratam as alíneas a, b e c do artigo anterior, o contribuinte, e, quando for o caso, também

o seu fiador, para notificados por qualquer das formas do § 2º do artigo 70, concedendo-se-lhe o prazo de dez (10) dias para satisfazer o pagamento do valor da condenação.

Art. 95 - Findo o prazo estabelecido no artigo anterior, remet-se a imediatamente credores da dívida, para cobrança executiva.

Parágrafo único - Os juros e multas em dinheiro consignados em garantia de dívida, serão imediatamente incorporados a parte principal e descontados do valor da condenação.

Capítulo X Da Dívida Ativa

Art. 96 - Constitui dívida ativa do Município a providência, a prestação de impostos, taxas, contribuições e multas de qualquer natureza.

Art. 97 - Para todos os efeitos legais, considera-se como inscrita a dívida registrada em livros especiais, na repartição competente da Prefeitura.

Art. 98 - Concluído o prazo para pagamento à boca do caixa, a repartição competente, dez (10) dias após, providenciará, imediatamente, a inscrição "ex-officio" dos débitos, por contribuintes, acrescidos da multa de dez por cento (10%), sem prejuízo da contagem de juros de mora, na forma prevista neste Código.

Parágrafo único - Em relação aos impostos de lançamento anual, a inscrição como dívida ativa passa a fazer a partir do 1º de janeiro do exercício seguinte.

Art. 99 - A dívida do Município será cobrada por procedimento amigável ou por cobrança executiva.

Art. 100 - Inscrição a dívida, para os contribuintes considerados a pagar seu débito, dentro do prazo de sessenta (60) dias, findos os quais, serão as respectivas certidões remetidas para cobrança executiva.

Art. 101 - A cobrança executiva compete ao Procurador da Prefeitura, que promoverá todos os atos necessários à defesa dos interesses do Município.

Art. 102 - As dívidas relativas aos mesmos devedores, quando exoneradas em consequentes, serão acumuladas em um só pedido.

Garantias - As cartas malladas de inspeção de dolo artigo 80.
são pagas pelo Município responsável, mediante doação em 10/100.

Art. 103. O pagamento da dívida ativa, constante de certidão por
entregue pela repartição arrecadadora para cobrança executiva, será
feito exclusivamente, à vista de quitação expedida pela receita, em duas
(2) vias, com o voto do procurador de fideiussor.

Art. 104. Os quites a que se refere o artigo anterior, não servem
o nome do devedor, seu endereço, número de inscrição, importância
do título ou total do débito, exceto no período a que se refere, de
circunscrição do título, multa, juros e custos, número de certidão
emitida pela repartição arrecadadora, data e assinatura do
escritor que a expediu e autenticação por meio de carimbo ou
timbre do cartório.

Art. 105. Responsabiliza pelo dolo nas arrecadações, o funcionário
que não diligenciar a defesa do interesse da Fazenda Mun.
cipal.

Art. 106. Incumbendo a certidão da dívida ativa, para a
cobrança executiva, ao chefe da repartição de Receita da Fazenda, pa-
ra dar as respectivas quites, com prazos. Itens, entretanto, per-
tencem as informações solicitadas pelo procurador em pelas autori-
dades judiciárias.

Título IV Do Cadastro Fiscal Capítulo I Disposições Gerais

Art. 107. O Cadastro Fiscal da Prefeitura compreende:

a) - os terrenos existentes nas zonas urbanas, suburbanas
nas do Município e os que visem a melhor do desenvolvimento
do urbanismo e as novas áreas urbanizadas;

b) - os prédios existentes ou que visem a ser construídos
nas zonas urbanas, suburbanas de cidade, distrito ou povoado com
valor de tudo (10%) das áreas arrendadas;

c) - o estabelecimento industrial, comercial e profissional;

maí, bem como qualquer outras atividades lucrativas localizadas no município;
 a) - as propriedades rurais, de cultura ou criação, existentes no município;
 a) -

Capítulo II

Do Imóveis Rurais e Urbanos

Art. 108 - A inscrição dos imóveis prevista no capítulo anterior, será promovida, tratando-se de imóveis urbanos:

- a) - pelo proprietário ou seu representante legal;
- b) - por qualquer dos condôminos, em se tratando de condomínio;
- c) - pelo com promissário ou poder, nos casos de compra e venda;
- d) - "ex-officio", no caso de próprio Oficial Estadual e municipal, em virtude de antiquidade, ou, ainda, quando a inscrição deixar de ser feita no prazo regulamentar, por ordem de direito;
- e) - tratando-se de imóveis rurais, por elemento colhidos na Colônia Estadual.

Parágrafo único - Expedido o aviso de lançamento para o proprietário rural, podendo o contribuinte reclamar por irregularidade de sua situação dos dados colhidos, quando, se procedente a reclamação, se procederá as retificações necessárias.

Art. 109 - Para efetivar a inscrição, no Cadastro Fiscal, dos terrenos e prédios urbanos, são o responsável obrigado a preencher e entregar, na repartição competente, uma ficha de inscrição, correspondente a cada imóvel, em modelo fornecido pela Prefeitura.

§ 1º - A inscrição será efetuada no prazo de trinta (30) dias da data da escritura.

§ 2º - Por ocasião de entrega da ficha de inscrição, deverá ser entregue o título de propriedade, ou de compromisso de compra e venda, para as necessárias averbações, de go, averiguações.

Art. 110 - Os terrenos com título para maí de um logradouro

devem ser revisões pelo maior importante; não sendo possível, serão pelo logradouro para o qual tiverem maior extensão.

Art. 111 - Em caso de litígio sobre o domínio do imóvel, a Licha de revisões mencionará tal circunstância, bem como o nome do litigante, o dos possuidores do imóvel, a natureza do litígio, o lugar e o cartório, por onde corre a ação.

Art. 112 - Em se tratando de áreas cujo loteamento haja sido aprovado pela Municipalidade, deverão os impressos de revisões trazerem, para além de uma planta completa, em escala que permita a anotação dos desmembramentos, das áreas e valores de aquisição, logradouros, a que dão, e os lotes, a área total, a área cedida e por cada ar, patrimônio municipal, a área compromissada, e a área alienada.

Art. 113 - Revisões serão obrigatoriamente comunicadas, dentro do prazo de sessenta (60) dias, todas as ocorrências verificadas com relação ao imóvel que ponham afetadas as bases de lançamento dos tributos municipais.

Carregamento - A comunicação a que se refere este artigo será feita em "Licha alteração" fornecida pelo Prefeituro.

Art. 114 - Concedido o "habite-se" de prédio novo, ou aceita as obras de prédio construído ou reformado, remeter-se-á o cadastro municipal para que se atualize a Licha de revisões e de ciência as respectivas, na forma do § 2º do art. 7º.

Art. 115 - Os Lichas impressas, fornecidas gratuitamente pelo Prefeituro, para isenta de qualquer imposto, taxa ou pelo municipal.

Art. 116 - São consideradas fraudulentas as Lichas preenchidas em desacordo flagrante com as dimensões constantes do título de propriedade, bem como as que consignam valores notoriamente inferiores aos das propriedades.

Capítulo III

Do Estabelecimento Comercial, Industrial e Profissional

Art. 117 - A revisões do Cadastro Fiscal será feita pelo responsável ou seu representante legal, que preencherá e entregará na repartição competente, uma Licha de revisões para cada estabelecimento.

comum, fornecida pela Prefeitura.

§ 1º - A ficha de inscrição deverá conter, além das características essenciais de cada estabelecimento, todos os dados e informações necessários ao cadastro e lançamento dos impostos de renda e de indústria e profissão.

§ 2º - A entrega da ficha de inscrição deverá ser feita:

I - para os estabelecimentos novos, antes de respectiva abertura ou instalação;

II - para os já existentes, dentro dos prazos determinados pela Municipalidade.

Art. 118 - A inscrição deverá ser permanentemente atualizada, ficando responsável pelo estabelecimento obrigado a preencher e entregar nova ficha de alteração, sempre que ocorrerem quaisquer modificações ou alterações nas características do estabelecimento constantes do Cadastro Fiscal.

Art. 119 - Considera-se estabelecimento, para os efeitos deste Capítulo, o local de exercício de qualquer atividade industrial, comercial ou industrial, digna ou similar, ou de profissão ou ofício de caráter permanente ou eventual, ainda que situado no interior de residência ou em recinto ou de funcionamento outro estabelecimento.

§ 1º - Serão considerados estabelecimentos profissionais aqueles em que se exercem, exclusivamente, arte, ofício ou profissão, sem intervenção de:

I - operações diretas ou indiretas de venda ou locação de bens ou coisas;

II - operações de fabricação, transformação, melhoramento ou limpeza com instalações industriais, que compreendam aparelhos geradores o motores;

III - exploração de trabalho assalariado de mais de três pessoas.

§ 2º - Não serão consideradas operações de venda, nem locação, para fins do artigo anterior:

I - venda de obra de arte, quando feita pelo respectivo autor;

II - a utilização de materiais indispensáveis ao exercício de

qualquer arte, ofício ou profissão;

III - o fornecimento de alimentação em pequena escala e o comércio de artigos de produção exclusivamente caseira.

Art. 120 - Constituem estabelecimentos distintos, para efeito de inscrição no Cadastro Fical:

I - os que, embora no mesmo local, ainda que com identidade de ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que, embora sob a mesma responsabilidade com o mesmo ramo de negócio, estejam localizados em prédios distintos ou locais diversos.

Art. 121 - Entregue a ficha de inscrição e feito o controle das declarações nela contidas, será fornecido ao contribuinte o respectivo alvará de licença para localização, mediante o pagamento do imposto de licença correspondente ao estabelecimento, na forma estabelecida nos Capítulos I e II do Título VIII.

Título V

Imposto Territorial Urbano

Capítulo I

Da Incidência e Base do Imposto

Art. 122 - Estão sujeitos ao imposto territorial todos os terrenos, construídos ou não, nas zonas urbanas e suburbanas do Município.

Art. 123 - O imposto territorial constitui ônus real, acompanhando o imóvel em todas as suas mutações.

Art. 124 - O imposto territorial, tratando-se de terrenos onde não haja construção, será cobrado anualmente na base de um por cento (1%) sobre o valor venal do terreno.

§ 1º - Quando no terreno houver construção, no linhamento ou recuado, de qualquer linhamento de fronteira do terreno se deduzirão os correspondentes à largura da construção, incidindo o imposto sobre o excedente, na seguinte base:

a) excedente beneficiado com obras de arte, muros, gradis de ferro ou madeira, Cr. \$5,00 (cinco cruzeiros) por metro linear;

4) - excedente não beneficiado, or. \$ 10,00 (dez mil) por metro linear;

§ 2º - O lançamento territorial urbano e suburbanos para 1918, não poderá exceder ao dobro do lançamento anterior.

§ 3º - Em caso de transcrição do proprietário, o lançamento poderá ser atualizado de acordo com o artigo 125.

Capítulo II

Do Valor Venal

Art. 125 - O valor venal dos terrenos será apurado com base nos dados fornecidos pelo Cadastro Fical, levando-se em conta:

- a) o valor declarado pelo contribuinte;
- b) o índice médio de valorização correspondente ao loteamento, anterior na zona em que esteja situado o imóvel;
- c) o preço dos terrenos nas últimas transações de compra e venda realizadas nas zonas respectivas;
- d) a forma, dimensões, acidentes naturais, outras características do terreno;
- e) - quaisquer outros dados informativos obtidos pela Prefeitura.

Art. 126 - Em relação a terrenos loteados, serão adotados como valor venal para efeito de cálculo do imposto:

- a) - no exercício em que se verificou a aprovação do loteamento, o valor da aquisição do terreno;
- b) - no exercício seguinte, o aumento sobre o lançamento para o máximo de vinte por cento (20%) sobre o lançamento anterior;
- c) - o aumento a que se refere a letra b) só poderá ser fixado, se realmente houve valorização do terreno.

§ 1º - Para os efeitos deste artigo, ficam os responsáveis pelos loteamentos obrigados a fornecer, anualmente, à Prefeitura, um prazo por este estabelecido, a tabela de preços de venda de lotes de terrenos, com a indicação das respectivas dimensões e preços unitários.

§ 2º - O valor venal a que se refere o item b) deste artigo, será reajustado, anualmente, percento para o lote transcritos.

Art. 127 - Os compromissos pelo loteamento são obrigados, dentro de trinta (30) dias de escritura, a comunicar à Prefeitura as alienações ou compromissos de venda de lotes de terrenos, a fim de se feita a homologação para o nome do respectivo adquirente ou compromissário comprador, na ficha cadastral.

Capítulo III

Das Isenções e Reduções

Art. 128 - Serão isentos do imposto territorial:

I - os terrenos cedidos gratuitamente para uso de União, Estados ou Municípios;

II - os terrenos pertencentes a templos de quaisquer cultos, partidos políticos, instituições hospitalares, culturais, de beneficência, de assistência social ou esportiva, desde que ocupados com as atividades a que se destinam;

III - os terrenos onde funcionam colégios, escolas e jardins.

Art. 129 - Os proprietários de terrenos com a área não inferior a cinco mil metros quadrados (5.000,00), desde que tenham promovido nos terrenos os melhoramentos abaixo especificados, serão isentos para os efeitos públicos, de pagar o imposto, pelo prazo máximo de cinco (5) anos, redução do imposto, na forma seguinte:

a) canalização de água potável	10%
b) esgotos	10%
c) canalização ou galerias para águas pluviais	25% (5%)
d) pavimentação	10%
e) guias e sarjetas	5%

§ 1º - A redução será proporcional à extensão da área correspondente aos melhoramentos efetivamente realizados.

§ 2º - Nas áreas já urbanizadas, o prazo será contado a partir da data da vigência deste Código.

Art. 130 - Os imóveis em situação de pagamento do imposto territorial, em virtude de prerrogativa legal de seu proprietários, não excluem o compromissário comprador da obrigação de pagar o imposto.

Capítulo IV

Do Lançamento e Arrecadação

Art. 132- O lançamento do imposto territorial urbano terá por base a situação existente ao encerrar-se o exercício anterior, observando-se, quando couber, o disposto no artigo 145.

Art. 133- O lançamento far-se-á no nome pelo qual estiver inscrito o imóvel no cadastro imobiliário.

§ 1º- No caso de imóvel objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento será feito em nome do promitente vendedor e do promissário comprador, respondendo este pelo pagamento do tributo, sem prejuízo da responsabilidade solidária do promitente vendedor.

§ 2º- Na hipótese de condomínio, figurará no lançamento o nome de todos os condôminos, respondendo cada um na proporção de sua parte, pelo ônus do tributo.

§ 3º- Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento será feito em nome de quem esteja em uso e gozo do imóvel.

Art. 134- Do lançamento do imposto territorial poderão ser deduzidas, a critério da Prefeitura, as importâncias relativas ao valor dos serviços de limpeza pública, iluminação, conservação de calçamento e outros serviços públicos urbanos, porventura prestados em certas áreas do Município, pelos respectivos proprietários.

Art. 135- Será realizado ou revisto o lançamento anualmente, em época e pelo processo que for fixado.

Art. 136- A arrecadação do imposto territorial urbano far-se-á mediante guias de pagamento ou

conhecimentos expedidos pela repartição competente, nos
pagos e pela forma estabelecidos.

Título II

Imposto Predial

Capítulo I

Da Incidência e Base do Imposto.

Art. 137 - O imposto predial recai sobre todos os
predios situados nas zonas urbana e suburbana do Mu-
nicipio.

Parágrafo Único - Consideram-se predios, para
os efeitos deste artigo, todas as construções que possam
servir à habitação, uso ou recreio, seja qual for a
sua denominação, forma ou destino.

Art. 138 - O imposto de que trata o artigo anterior
constitui ônus real, acompanhado o imóvel em todas as suas
mutações.

Art. 139 - O imposto é anual e calculado à
base de um por cento (1%) sobre o valor venal do predio,
quando utilizado pelo proprietário; 1,5% (um e meio por
cento) sobre o valor venal dos predios parcialmente aluga-
dos e 2% (dois por cento) sobre o dos predios alugados.

Parágrafo Único - Dos predios despendados e ema-
deirados há mais de 12 (doze) meses e ainda não
terminados, será cobrado o imposto de 2% (dois por
cento) sobre o valor da construção, além do imposto
a quem referem as alíneas a e b, § 1º, do artigo 124.

Capítulo II

Art. 140 - O valor venal do predio será calculado
levando-se conta:

a - o preço médio da construção por
metro quadrado, na data do lançamento, segundo os
vários tipos;

- b/- a área construída;
- c/- o número de paramentos;
- d/- a data da construção;
- e/- o estado de conservação do prédio.

Art. 141- A apuração do preço médio da construção terá por base os valores estabelecidos nos contratos de construção realizados nos últimos três meses e os relativos às últimas transações imobiliárias, deduzidas as parcelas correspondente aos terrenos.

Capítulo III

Das Isenções

Art. 142- Serão isentos do imposto predial:
(para uso da União) I- os prédios cedidos gratuitamente para uso da União, dos Estados e dos Municípios.

II- os prédios pertencentes a templos de quaisquer cultos, partidos políticos, instituições hospitalares, culturais, de beneficência, de assistência social ou esportivas, desde que ocupados com as atividades a que se destinam;

III- os prédios próprios de escolas, colégios, ou ginásios.

IV- os edifícios, construções metálicas e instalações, diretamente ocupados nas operações de transformação e beneficiamento dos estabelecimentos industriais, sediados no Município.

Art. 143- As isenções serão reconhecidas por ato do Prefeito, mediante requerimento do proprietário ou seu representante legal.

Capítulo IV-

Do lançamento e arrecadação

Art. 144- O lançamento de imposto predial será feito sempre que possível, em conjunto com os demais impostos e taxas que recaem sobre imóveis.

tomando-se por base a situação existente ao encerrar-se o exercício anterior.

§ 1º - O mesmo não poderá exceder ao dobro do lançamento do exercício de 1957.

§ 2º - Em caso de transferência de propriedade o lançamento poderá ser atualizado de acordo com o artigo 125.

§ 3º - Nos anos subsequentes o aumento não poderá ser superior a 20% (vinte por cento) ou 30% (trinta por cento) sobre o lançamento anterior.

(nome sob o) Art. 145 - O lançamento far-se-á no nome sob o qual estiver inscrito no cadastro imobiliário.

§ 1º - No caso do imóvel objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento será feito em nome do promitente vendedor e do promissário comprador, respondendo este, pelo pagamento dos tributos, sem prejuízo da responsabilidade solidária do promitente vendedor.

§ 2º - Na hipótese de condomínio, figurará no lançamento o nome de todos os condôminos, respondendo cada um na proporção de sua parte, pelo ônus do tributo.

Art. 146 - Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento será feito em nome de quem esteja no uso e gozo do imóvel.

Art. 147 - O lançamento do imposto predial será realizado o revisto anualmente.

Art. 148 - Quando do lançamento do imposto predial poder-se-á deduzir, a critério da Prefeitura, a importância correspondente ao valor de serviços públicos urbanos, como de limpeza pública, iluminação, conservação de calçamento e

outros porventura prestados pelos proprietários.

Art. 149 - A arrecadação do imposto predial, juntamente com os demais tributos sobre imóveis far-se-á mediante guias de pagamento ou conhecimentos expedidos pela repartição competente.

Título VII

Imposto de Indústria e Profissões

Capítulo I

Da Incidência

Art. 150 - O imposto de indústria e profissões incide sobre as pessoas físicas ou jurídicas que exercem no município, qualquer atividade comercial, industrial, profissional e outras que objetivem lucro ou remuneração.

Capítulo II

Das Isenções

Art. 151 - São isento do imposto:

a) os estabelecimentos destinados, exclusivamente, à venda de gêneros alimentícios de primeira necessidade;

b) os teatros e circos;

c) os mercados ambulantes;

d) a atividade de arte, exercida na própria residência, sem auxílio de terceiros;

e) quaisquer atividades profissionais sem localização fixa.

Art. 152 - As isenções serão reconhecidas por ato do Prefeito mediante requerimento do interessado.

Art. 153 - As pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades industriais e profissões são obrigadas a promover a inscrição do seu estabelecimento.

lecimento no Cadastro Fiscal da Prefeitura, de conformidade com o disposto no Título IV deste Código, ainda quando isentos do Imposto de Indústria e Profissões.

Art. 154- A inscrição deve, digo, deve ser permanentemente atualizada e para tal fim o responsável pelo estabelecimento é obrigado a preencher e entregar na repartição competente, dentro de trinta (30) dias a contar da alteração ocorrida, uma ficha de alteração, sempre que se modificar qualquer dos seguintes característicos:

I- localização do estabelecimento, compreendida a numeração do prédio, do pavimento ou da sala;

II- nome ou razão social sob cuja responsabilidade deva funcionar o estabelecimento;

III- espécie de atividade;

IV- área ocupada pelo estabelecimento, nos casos em que a cota variável é calculada sobre o valor venal.

Art. 155- A cessação das atividades do contribuinte será obrigatoriamente comunicada à Prefeitura, no prazo de trinta (30) dias, a fim de ser dada baixa na inscrição.

Parágrafo Único. Dar-se-á baixa após verificação da procedência da comunicação, sem prejuízo da cobrança do imposto e multas devidos, inclusive os relativos ao período em curso.

Art. 156- No caso de venda ou transferência de estabelecimento, sem observância do disposto no artigo anterior, será responsável pelos débitos fiscais existentes o adquirente ou sucessor.

Art. 157- Até 31 (trinta e um) de janeiro de cada ano, os contribuintes sujeitos a pagamento de imposto com base no movimento com base no movimento econômico farão entrega à Prefeitura de uma declaração fiscal relativa ao movimento do exercício anterior.

Art. 158- No caso de falta ou insuficiência de declaração fiscal, o imposto será lançado "ex-officio", mediante arbitramento feito pela repartição competente, o qual prevalecerá até prova em contrário.

Parágrafo Único- Far-se-á, igualmente, o lançamento "Ex-officio" por arbitramento, mesmo quando apresentada declaração fiscal, se o contribuinte dificultar o exame de seus livros e demais elementos necessários à comprovação da dita declaração.

Capítulo IV

Do Valor e Base de cálculo

Art. 159- O imposto de indústria e profissões será calculado de conformidade com tabelas anexas, tomando-se por base, no presente, o seguinte:

a)- para o comércio em geral, o estoque existente, tendo-se em vista o lançamento anterior, majorado da importância correspondente à eliminação de taxas, acrescido de 30% - (trinta por cento), no máximo, para atualização do imposto;

b) para os cerealistas, segundo o volume de compras, com as mesmas observações da alínea anterior;

c) para os proprietários rurais, 0,3% (zero vírgula três por cento) sobre o valor venal das

propriedades constantes do cadastro imobiliário rural;
d) - para as demais atividades, o lançamento anterior, acrescido de 30% (trinta por cento) no máximo, para atualização.

§ 1º - Para o futuro, segundo a tendência geral, e quando se observar generalização e uniformidade de escrituração sob os princípios gerais de contabilidade, organizar-se-ão tabelas pelo Órgão Executivo, "ad referendum" da Câmara Municipal, tomando-se por base o movimento econômico para todas as atividades, conforme o que dispõe o artigo 160, ou mesmo venal, de conformidade com o art. 163.

§ 2º - As profissões não relacionadas nas tabelas anexas, por omissão, serão equiparadas às semelhantes para efeito de lançamento.

Art. 160 - Serão considerados como elementos representativos do movimento econômico:

a) para os estabelecimentos comerciais e industriais, o giro comercial gravado pelo imposto sobre vendas e consignações;

b) para os estabelecimentos que em transações bancárias, a média mensal dos saldos das contas: títulos descontados, empréstimos em conta corrente e empréstimo hipotecário;

c) para os cinemas, digo, para as agências de companhias de seguro e capitalização, a receita bruta de prêmios arrecadada;

d) para os cinemas e outras casas de espetáculos e diversões, a receita bruta calculada com base no total da arrecadação do imposto sobre diversões públicas;

e) para os estabelecimentos

de construções civis, assim como de instalações e serviços auxiliares, que operem por administração ou empreitada, o total recebido em pagamento da execução das obras;

f) para os corretores de imóveis, o valor global das vendas efetuadas;

g) para as demais atividades, a receita bruta realizada.

Art. 161 - No cálculo do valor venal incluir-se-ão:

a) quando o estabelecimento ocupar todo o prédio, o valor da área de terreno em que assentar a construção, conforme constar do Cadastro Fiscal;

b) quando o estabelecimento ocupar apenas parte do prédio, o valor da fração ideal do anexo correspondente à área ocupada;

c) o valor do prédio ou da parte deste ocupada pelo estabelecimento.

d) o valor, declarado ou arbitrado, das instalações e equipamentos, utilizados na indústria ou profissão.

Art. 162 - A apreciação do movimento econômico será feita de acordo com as seguintes regras:

I - no primeiro ano será correspondente ao movimento do primeiro mês - multiplicado pelo número total de meses de - atividades no exercício;

II - no segundo ano será correspondente à média mensal do movimento do ano anterior, multiplicado por doze;

III - nos seguintes

será o movimento do ano imediatamente anterior.

Capítulo V

Do Lançamento e Arrecadação

Art. 163- Quando o lançamento se basear no valor venal, far-se-á de acordo com as tabelas anexas relativas ao movimento econômico.

Art. 164- Consideram-se estabelecimentos distintos para efeito de lançamento e cobrança de imposto de indústria e profissões.

a) - os que, embora pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, funcionam em lugares diversos; diga-se, a) - os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam à diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

b) - os que, embora pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, funcionam em locais diversos;

Parágrafo único - Não serão considerados como locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna nem vários pavimentos de um mesmo imóvel.

Art. 165- Não se cobrará o imposto antes de decorrido o prazo de cento e oitenta (180) dias do início das atividades tributadas.

Art. 166- A qualquer tempo poderão ser efetuados lançamentos omitidos por quaisquer circunstâncias ou promovidos lançamentos aditivos referente a atividades esquecidas, desde que devidamente apuradas em processo regular.

Art. 167- A arrecadação do imposto se processará nas épocas fixadas pela Prefeitura.

Art. 168- A cobrança do imposto que se tornar devido no curso do exercício só se

efetuará após decorridos cento e oitenta (180) dias do início das atividades.

Título VIII Imposto de Licença

Capítulo I

Da Incidência

Art. 169- Estão sujeitos ao imposto de licença todos os atos ou atividades cuja realização ou exercício dependem de prévia autorização da Municipalidade, conforme a enumeração do artigo seguinte.

Art. 170- O imposto a que se refere o anterior será devido, anualmente, e nos seguintes casos:

- I- abertura e localização de qualquer estabelecimento comercial, industrial ou profissional;
- II- exercício de comércio eventual e ambulante;
- III- realização de obras particulares;
- IV- tráfego de veículos;
- V- exploração de meios de publicidade;
- VI- ocupação de vias públicas.

Capítulo II

Estabelecimentos Comerciais Industriais e Profissionais

Art. 171- Nenhum estabelecimento localizado ou que se venha a localizar em qualquer ponto do Município poderá iniciar suas atividades sem prévia licença, outorgada pela Prefeitura e sem que tenha efetuado o pagamento do imposto devido.

Art. 172 - O imposto será ainda exigido nos seguintes casos:

I - mudança de firma ou de ramo de atividades;

II - funcionamento em horário extraordinário.

Art. 173 - O imposto de licença para abertura ou localização de estabelecimentos comerciais, industriais e profissionais que, futuramente, se as circunstâncias locais o permitirem, terá por base o valor venal do imóvel a parte do imóvel ocupado, segundo o que dispõe o Código Padrão de Vota Redonda, será cobrado, no momento, conforme tabelas anexas, segundo o que dispõe o art. 159, com as mesmas observações feitas com a relação ao imposto de indústria e profissões.

§ 1º - Todas as tabelas anexas referentes ao imposto de licença poderão organizar-se ao lado das tabelas do imposto de indústria e profissões;

§ 2º - O valor venal a que se refere este artigo será o registrado no Cadastro Fiscal da Prefeitura, para efeito de cobrança dos impostos territorial e predial.

§ 3º - No caso de utilização do prédio, toma-se o valor correspondente à fração do imóvel ocupado pelo estabelecimento.

Art. 174 - Os pedidos de licença para abertura ou localização de estabelecimentos comerciais, industriais e profissionais serão acompanhados da competente ficha de inscrição no Cadastro Fiscal da Prefeitura, pela forma e dentro dos prazos estabelecidos para esse fim no Título IV, deste

Código.

§ 1º - Feita a verificação dos dados e informações constantes da ficha de inscrição, será expedida, dentro do prazo máximo de cinco (5) dias, o respectivo alvará de licença, tratando-se do primeiro ano de atividade, o qual será entregue ao contribuinte contra pagamento do imposto devido.

§ 2º - Nos anos consecutivos, não será de rigor a expedição do alvará, bastando, como comprovante do pagamento de licença, a 1ª via do conhecimento.

Art. 175 - Nenhum estabelecimento poderá dar início às suas atividades sem que esteja de posse do respectivo alvará de licença.

Art. 176 - O não cumprimento do disposto do anterior poderá acarretar a interdição do estabelecimento, mediante autorização da autoridade competente.

§ 1º - A interdição será precedida de notificação ao responsável pelo estabelecimento para pagamento por ano, digo, dando-se-lhe o prazo mínimo de quinze (15) dias para regularização da situação.

§ 2º - A interdição não exime o faltoso do pagamento do imposto e multas devidos.

Capítulo III

Comércio Eventual e Ambulante

Art. 177 - O imposto de licença para exercício de comércio eventual e ambulante será por ano, mês ou dia, na forma das tabelas anexas.

21º - Tratando-se de início de atividade, o imposto será pago no ato da concessão da licença.

22º - O imposto diário será pago antecipadamente e o mensal até o dia 5 (cinco) de cada mês.

23º Na licença inicial, os mercados ambulantes, quando licenciados no segundo semestre, ficam sujeitos ao pagamento da metade do imposto anual.

Art. 178 - São isentos do pagamento de imposto:

a) os vendedores de jornais e revistas (ambulantes)

b) os cegos e mutilados.

Art. 179 - a Inscrição dos mercados ambulantes será feita na repartição competente, mediante preenchimento da ficha de inscrição, em modelo próprio, fornecido pela Prefeitura.

Art. 180 - A inscrição será permanentemente atualizada por iniciativa do mercador, mediante preenchimento da ficha de alteração, sempre que houver qualquer notificação nas características essenciais do seu comércio.

Art. 181 - O mercador ambulante que satisfizer as exigências regulamentares, será concedida uma caderneta de habilitação com as características essenciais de sua inscrição e as condições de incidência do imposto, a qual servirá de guia permanente de recolhimento.

Art. 182 - Respondem pelo imposto de licença de ambulante os mercadores encontrados

em poder do vendedor, mesmo que pertençam a contribuintes que tenham pago imposto.

Capítulo IV

Obras Particulares

Art. 182- O imposto de licença para obras particulares é devido em todos os casos de construção, reconstrução, reforma, demolição de prédios e muros e quaisquer outras obras executadas dentro do perímetro urbano e suburbano do Município.

§ 1º- Nenhuma construção, reconstrução, demolição ou outra obra de qualquer natureza poderá ter início sem o pedido de licença prévia à Prefeitura e pagamento do imposto devido.

§ 2º- Licença requerida e não despachada depois de decorridos (30) trinta dias, da data da entrada no protocolo da Prefeitura, considera-se concedida, podendo o interessado dar início à obra e pagar o imposto respectivo.

Art. 184- O imposto será de conformidade com as tabelas anexas.

Art. 185- Serão isentos do pagamento de imposto mediante comunicação:

I- a construção de passeios, quando do tipo aprovado pela Prefeitura;
diga-se I- a limpeza ou pintura interna e externa de prédio, muros, ou gradis;

II- a construção de passeios, quando do tipo aprovado pela Prefeitura;

III- a construção de barracão destinado à guarda de materiais para obras

já devidamente licenciadas.

Capítulo V Tráfego de Veículos

Art. 186 - O imposto de licença para tráfego de veículos é devido por todos os veículos em circulação no Município e será cobrado anualmente, de conformidade com as tabelas anexas.

Art. 187 - Todos os veículos que circulam no Município, ainda que isentos de imposto, diga ainda que isentos do pagamento de imposto, deverão ser inscritos na repartição competente da Prefeitura.

Parágrafo Único - A inscrição será feita pelo proprietário, mediante o preenchimento de ficha de inscrição em modelo fornecido pela Prefeitura.

Art. 188 - A inscrição de que trata o artigo anterior deverá ser permanentemente atualizada, ficando os proprietários obrigados a preencher e entregar na repartição competente, a ficha de alteração sempre que ocorrer quaisquer modificações nas características essenciais do veículo.

Art. 189 - São isentos do imposto de licença:

I - Os veículos de tração animal pertencentes aos pequenos lavradores, quando se destinarem, exclusivamente, ao serviço de sua lavoura e ao transporte de seus produtos;

II - pelo prazo máximo de sessenta (60) dias, os veículos de passageiros em trânsito, excursão ou turismo, devidamente licenciados em outros municípios.

Art. 190 - Cobrar-se-á, com redução de 50% (cincoenta por cento), o imposto referente a veículo licenciado, pela primeira vez, no segundo semestre do exercício.

Art. 191 - O pagamento do imposto será feito de uma só vez, anualmente, antes da renovação do emplacamento pela repartição estadual competente.

Parágrafo Único - Será considerada renovação de licença o pagamento do imposto, quando, embora efetuado fora do prazo, corresponda a todo o exercício.

Art. 192 - A taxa de veículo, quando requerida depois do mês de janeiro seguinte ao pagamento do imposto correspondente a todo o exercício.

Art. 193; digo, Capítulo VI
Licença para Publicidade

Art. 193 - A exploração ou utilização dos meios de publicidade nas vias públicas, e logradouro do município, bem como nos lugares de acesso ao público, fica sujeita a prévia licença da Prefeitura e, quando for o caso, ao pagamento do imposto devido.

Art. 194 - Incluem-se na obrigatoriedade do artigo anterior:

I - os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, placas, anúncios e mostruários, fixos ou volantes, luminosos, ou não, afixados, distribuídos ou pintados em paredes, muros, postes, veículos ou calçadas;

II - propaganda falada, em lugar público, por meio de amplificadores de voz,

alto-falantes, e propagandistas.

Parágrafo Único - Quando o local em que se pretender, diga-se, Compreendem-se neste artigo annuncios colocados em lugares de acesso publico, ainda que mediante cobrança de ingresso, assim os que forem, de qualquer forma, vizinhos das vias publicas.

Art. 195 - Respondam pelo observância das disposições deste Capitulo todas as pessoas ou entidades às quais, direta ou indirectamente, a publicidade venha a beneficiar, uma vez que a tenham autorizado.

Art. 196 - Sempre que a licença depender de requerimento, deverá este ser instruido com a descripção da posição, situação, cores, dizeres, alegorias e outras características do meio de publicidade, de acordo com as instruções em vigor.

Parágrafo Único - Quando o local em que se pretender colocar o annuncio não for de propriedade do requerente, deverá este juntar ao requerimento a autorização do proprietario.

Art. 197 - Ficam os annunciantes obrigados a colocar, no painéis e annuncios sujeitos ao imposto, um numero de identificação fornecido pela repartição competente.

Art. 198 - O annuncio devem ser escritos em boa e pura linguagem, ficando, por isso, sujeitos à revisão da repartição competente.

Art. 199 - A licença para publicidade cobra-se segundo o periodo para o qual foi outorgada, de conformidade com as tabeas anexas
2º - Ficam sujeitos ao

acréscimo de 10% os anúncios de qualquer natureza referentes a bebidas alcoólicas, bem como redigidos em língua estrangeira.

§ 2º - O imposto será pago, adiantadamente, por ocasião da outorga da licença.

§ 3º - Nas licenças sujeitas a renovação anual, o imposto será pago nos prazos que estabelecidos.

Art. 200 - São isentos do imposto de licença para publicidade:

I - Os anúncios ou reclames de hospitais e quaisquer instituições de beneficência, culturais ou esportivas;

II - Cartazes ou letreiros destinados a Propaganda com fins patrióticos eleitorais;

III - tabuletas indicativas de sítios, granjeiros ou fazendas, bem como as de rumo ou direção de estradas;

IV - Os distícos ou denominações de estabelecimentos e industriais postos nas vitrines internas;

V - Os distícos ou tabuletas de veículos indicadores de trajeto, destino ou preços de passagens.

Capítulo VII

Licença para Ocupação do Solo

Art. 201 - A ocupação do solo nas feiras, nas vias, ou logradouros públicos, fica sujeita à licença da Prefeitura, mediante pagamento do imposto.

Art. 202 - Pela ocupação do solo com instalações provisórias de balcões, barracas, mesas, tabuleiros, depósitos de materiais, estaciona-

mentos privativos de veículos, inclusive para fins comerciais, nos lugares permitidos, será cobrado imposto, adiantadamente, por metro quadrado ou fração de área utilizada na seguinte base:

- a) por dia e por metro quadrado 5,00
- b) por mês e por metro quadrado 100,00
- c) por ano e por metro quadrado 500,00

Art. 203 - Sem prejuízo do tributo e multa devidos, a Prefeitura apresentará e removerá para seus depósitos qualquer objeto ou mercaderia deixados em locais não permitidos ou colocados em logradouros públicos, sem o pagamento do imposto.

Capítulo IX

Imposto sobre atos de Economia do Município e assuntos de sua Competência

Art. 204 - digo Capítulo Único

Art. 204 - O imposto sobre atos de economia do Município e assuntos de sua competência, será devido pelos atos emanados do governo municipal e pela apresentação de papéis e documentos apresentados às repartições da Prefeitura, inclusive pela cobrança, por verba, do que se denomina "pêlo de conhecimento" e, pela apresentação de guia de quia para transmissões de imóveis, segundo a tabela baseada no valor da transmissão.

Art. 205 - O imposto a que se refere este capítulo, será pago, na conformidade

das tabelas anexas, em estampilhas ou por verba

Art. 206- Serão isentas do imposto:

I- os requerimentos e certidões, relativos ao serviço de alistamento militar, ou para fins eleitorais;

II- os documentos originários da própria Prefeitura, inclusive os destinados à anexação em processos;

III- os requerimentos e certidões dos servidores municipais;

IV- as declarações e outros documentos exigidos por lei ou regulamentos, para finalidades fiscais.

Título X

Imposto sobre Diversões Públicas

Capítulo Único

Art. 207- O imposto sobre diversões públicas é devido pela realização, no Município de espetáculo, representação, sessão cinematográfica, concertos, bailes, função circense, embate ou prêmio esportivo, ou outro qualquer divertimento público com entrada paga, em ambiente fechado ou ao ar livre;

Parágrafo Único- Enquadram-se nas disposições deste artigo os jogos, esportivos ou não, licenciados ou garantidos pelas autoridades policiais ou judiciais, em que se fizerem apostas por meio de pule, talão, ou qualquer outro sistema.

Art. 208- O imposto será de dez por cento (10%) sobre ou o custo ou valor de cada ingresso ou entrada, bem como sobre o valor do pule ou talão de jogo ou aposta por

qualquer sistema, elevando-se para dez centavos
(Ct. 0,10) as frações desta importância.

Art. 209- O imposto sobre diversões
pública será arrecadado em selo ou por verba.

Art. 210- Os empresários, proprietários,
arrendatários ou quaisquer pessoas que, indivi-
dualmente ou coletivamente, sejam responsáveis
por qualquer casa ou lugar em que se realizem
diversões públicas, são obrigadas, sob pena de
multa, a fornecer bilhete de ingresso para
lugar arauto, camarote ou friza.

§ 1º Os bilhetes serão de cor diferente,
para cada classe de localidade exposta à venda
e deverão as seguintes declarações:

- a) número de bilhete;
- b) nome da casa de diversão;
- c) nome do proprietário ou empresário;
- d) nome da localidade;
- e) preço.

§ 2º O preço mencionado no bilhete será
o de venda ao público, incluindo o imposto.

Art. 211- Para os efeitos do artigo anterior,
consideram-se casas ou empresas de diversões:
cinemas, teatros, circos, salões, clubes de dança,
concertos, conferências, exposições ou congêneres;
hipódromos, campos ou quadras de esporte
de qualquer natureza; parque de diversões
ou quaisquer outros locais, edificadas ou não,
onde se realizem divertimentos físicos de
qualquer natureza, gênero ou espécie, com
entradas pagas.

Art. 212- Ficam juntos do imposto
as permanentes gratuitas fornecidas às autori-

dados federais, estaduais e municipais, jornalistas e radialistas.

Parágrafo Único - As autoridades fiscais poderão exigir dos portadores de permanente^{mente} gratuitas a apresentação de carteira de identidade.

Art. 213 - Os empresários ou responsáveis por casas ou empresas de espetáculos ou local das exibições, a bilheteria e o mais que for necessário, a fim de ser verificada a fiel observância e execução desta lei, não podendo conservar a bilheteria fechada à chave, sob pena de multa.

Título XI

Taxas

Capítulo I

Disposições Gerais

Art. 214 - Em razão dos serviços específicos aos contribuintes ou postos à sua disposição pela Prefeitura, serão cobradas as seguintes taxas:

I - Taxa de Limpeza Pública;

II - Taxa de aferição de Pesos e Medidas;

Art. 215 - As imunidades, assim como as isenções de caráter geral conferidas por este Código, não abrangem em nenhuma hipótese a cobrança das taxas enumeradas neste Título.

Capítulo II

Art. 216 - A taxa de limpeza pública é devida

I - pelos proprietários ou responsáveis por quaisquer, diga-se, I - pelos proprietários dos

prédios situados nos logradouros beneficiados com o serviço de remoção de lixo, resíduos e escórias;

II - pelos proprietários ou responsáveis por quaisquer instalações não localizadas em prédios, e de cujo funcionamento resulte a formação de lixo;

III - pelos proprietários de terrenos baldios, cuja limpeza tiver de ser executada pela Prefeitura, por motivo de asseio ou estética urbana.

Parágrafo Único - Ficarão isentos do pagamento de taxas, os proprietários que montarem fornos crematórios de lixo.

Art. 217 - A taxa de limpeza pública será calculada à base de dez por cento (10%) dos impostos predial e territorial urbano.

§ 1º - A taxa será acrescida de 20% (vinte por cento), quando os prédios estiverem ocupados, no todo ou em parte, por negócios ou escritórios comerciais ou profissionais, oficinas em que não funcionem máquinas a motor ou habitações coletivas não mencionadas no parágrafo seguinte:

§ 2º - A taxa será acrescida de quarenta por cento (40%), quando os prédios estiverem ocupados, no todo ou em parte, por hotéis, hospedarias, pensões, padarias, cafés, posto para abastecimento de gasolina, lubrificantes e similares, estábulos, clubes, cinema e outras casas de diversões, cantinas, veterinárias e casas de refrigerantes.

Art. 218 - O lançamento e a

e a arrecadação de taxa de limpeza pública devida pelos proprietários de prédios e terrenos, reger-se-ão pelas normas estabelecidas para os impostos predial e territorial.

Capítulo III

Taxa de Aferição de Pesos e Medidas

Art. 219 - A taxa de aferição de balanças, pesos, medidas, inclusive qualquer outro instrumento de pesar e medir, recai sobre todo negociante, industrial, artífice ou operário estabelecido, ou não, que, no exercício de profissão, medir, ou pesar artigos destinados a venda, e será arrecadada na conformidade da Tabela anexa.

§ 1º - As pessoas de que trata este artigo são obrigadas a ter mediante, pesos e balanças, e qualquer aparelho ou instrumento de pesar e medir, adequados ao comércio, indústria ou profissão, devidamente aferidos pela Prefeitura.

§ 2º - A aferição de que trata este artigo se processará na forma estabelecida na legislação federal.

Art. 220 - As aferições serão anuais e se processarão:

I - na repartição competente, quando se tratar de início de atividades que, por sua natureza, estejam obrigadas ao uso de pesos, balanças, medidas ou qualquer instrumento ou aparelho de pesar ou medir artigos destinados a venda;

II - a domicílio, nos estabelecimentos comerciais, industriais ou profissionais.

§ 1º - A aferição de pesos, medidas, e balanças usadas pelos ambulantes será sempre feita na repartição competente.

§ 2º - Quando a aferição se der no curso do 2º semestre do exercício, será devido o pagamento de apenas cinquenta por cento (50%) da taxa.

Art. 221 - O uso de pesos, balanças e medidas, inclusive qualquer instrumento ou aparelho de pesar ou medir, não aferidos devidamente, ou, ainda, a falta ou adulteração dos onermos, constituirá infração passível de penalidade, na forma do disposto no Título II deste Código.

Capítulo IV

Recita do Cemitério

Art. 222 - A recita relativa aos serviços de cemitério será cobrada por verba e de acordo com a tabela anexa.

Capítulo V

Taxa do Matadouro

Art. 223 - Na hipótese dos serviços de matadouro serem explorados diretamente pela Prefeitura, serão cobradas taxas especiais pelo abate de animais, cobrança efetuada por verba e de acordo com tabela que for aprovada pelo prefeito e promulgada pela Câmara Municipal.

Título XII

Contribuição de Melhoria

Art. 224 - A contribuição de Melhoria será cobrada, diga-se, será sempre devida à Prefeitura, resultará da valorização de imó-

reis, rurais, e urbanos de propriedade particular.
 Parágrafo Único - A Contribuição de
 Melhoria será cobrada de conformidade com
 a lei estadual que for baixada, conforme
 dispõe o artigo 15, nº 8, da Lei Orgânica
 dos Municípios.

Disposições Gerais

Art. 225 - O Prefeito fica autorizado
 a baixar as instruções que julgar convenientes
 para o integral cumprimento desta lei.

Art. 226 - Competirá também ao
 Executivo "ad referendum" da Câmara Mu-
 nicipal baixar instruções, regulamentos e -
 confeccionar tabelas, sempre que executar
 serviços tais como de Cemitério, Mercados,
 Feiras e Matadouros, e, ainda serviços in-
 dustriais de qualquer natureza.

Art. 227 - Revogam-se as disposições
 em contrário, diga-se, Art. 227 - Esta lei en-
 trará em vigor a partir de 1º de janeiro
 de 1958, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Beres, aos
 vinte e cinco dias do mês de novembro de mil
 novecentos e cinquenta e sete (1957)

ass.) Dr. Domingos Mendes da Silva - Prefeito
 Municipal.

Domingos Bueno da Fonseca -
 Secretário.

A sequência continua na outra página.

Tabela para lançamento dos Impostos de licença (Título VIII, artigos 169 a 203) e Indústria e Profissões (Título VII artigos 150 a 168) do Código Tributário votado pela Lei nº 54 de 25 de novembro de 1957.

Itens	Especificações	licença	Indústria e Profissões
1	Acougue (Proprietário de)		
1	Para gado bovino	500,00	500,00
2	Para suínos	300,00	500,00
3	Para gado bovino e suíno . . .	700,00	840,00
	Advogado		
4	Segundo o valor da causa até 1.000,00		15,00
5	De br.\$ 1.000,00 até br.\$ 3.000,00		25,00
6	De br.\$ 3.000,00 até br.\$ 6.000,00		35,00
7	De br.\$ 6.000,00 até br.\$ 10.000,00		50,00
8	De br.\$ 10.000,00 a br.\$ 20.000,00		70,00
9	De br.\$ 20.000,00 a br.\$ 40.000,00		80,00
10	De br.\$ 40.000,00 a br.\$ 50.000,00		100,00
11	De br.\$ 50.000,00 a br.\$ 80.000,00		150,00
12	De br.\$ 80.000,00 a br.\$ 100.000,00		200,00
13	De br.\$ 100.000,00 a br.\$ 200.000,00		250,00
14	De mais de br.\$ 200.000,00		400,00
15	Para as causas de valor incertidões		50,00
16	Para justificações, protestos, interpretações, etc.		40,00
	Afinador de Piano e Harmônio		
17	Exercendo atividade profissional		120,00
	Agência de (Proprietário de)		
18	Automóvel	1.600,00	1.920,00
19	Bicicleta	450,00	540,00
20	Aluguel de Bicicleta	150,00	180,00
21	Seguros e Congêneres	1.000,00	1.200,00
22	Empresas de transporte (carga) 700,00		840,00

Item	Especificação	Valor	Indicador
23	Geladeira, Rádio, Vitrolas, etc.	R. 100,00	R. 320,00
24	Boteria	450,00	540,00
25	Máquinas de Costuras	R. 000,00	R. 200,00
26	Máquinas de Escrever, Calculas, etc.	R. 100,00	R. 320,00
27	Motocicletas c venda de l.	600,00	720,00
28	Representações em Geral. :	R. 100,00	R. 320,00
29	Vendas de Tímulo	600,00	720,00
30	Vendas de Passagens	600,00	720,00
31	Para outras não especificadas se - procederá com as especificadas. Agenciador de Negócios em Geral ou preposto.		
32	Seja qual for o volume de negócios		500,00
33	Agrimensor ou Agrônomo		
33	Exercendo atividade profissional		800,00
34	Alfaiate		
34	Seu oficial	400,00	480,00
35	Até 3 oficiais	500,00	600,00
36	Bom mais de 3 oficiais	700,00	840,00
	NOTA: Tendo estoque de mercadorias, pagará ainda pela Tabela de Bom. em geral. ambulante (Vendedor ambulante)		
37	Para qualquer espécie de mercadoria:		
37	a) por 5 dias	200,00	
	b) por 15 dias	400,00	
	c) por 30 dias	700,00	
	Nota: Cada período de 30 dias a partir do 1º gozará do abatimento de 10% (dez por cento) - Ver art. 177 a 182.		
38	Analista		
38	Exercendo atividade profissional		500,00

Itens	Especificações	Ciência	Indústria Profissional
Anúncios e Publicidade Profissional de			
39	Serviço de Alto-Falantes em prédio ou ambulatório 300,00		
40	Propaganda por meio de cartazes	50,00 por unidade	
41	Propaganda por meio de boletins	50,00 por emissão	
42	Atelier de Costura (Proprietário de)		
42	Sómente o proprietário	150,00	180,00
43	Até três oficiais	250,00	300,00
44	Até 3 oficiais	400,00	480,00
Banco (Banqueiros)			
45	Platz ou sede	—	6.000,00
46	Agência-Escritório-Gilial-		4.000,00
47	Correspondente		1.000,00
Barbeiro			
48	Por cadeira (a primeira ou única) 200,00		240,00
49	Cada uma a partir da segunda 100,00		120,00
Nota: Havendo estoque, pagará segundo tabela de comissões em geral.			
Bilhar ou Snooker (Proprietário de)			
50	Por mesa	300,00	360,00
Botiquim (Proprietário de)			
51	Sendendo cigarros, fumo, frutas, café, licores com estoque até Cr. \$5.000,00	300,00	360,00
52	com estoque até Cr. \$10.000,00	600,00	720,00
Cal (Proprietário de depósito de)			
53	Depósito ou movimento até 200 tons. por ano	300,00	360,00
54	Acima de 200 toneladas	600,00	720,00
Calculista ou Profetista			
55	Exercendo atividade profissional com movimento até Cr. \$100.000,00		700,00
56	com movimento anual acima de Cr. \$100.000,00		1.000,00

Itens	Especificação	licença	Indústria Profissão
	Barbeiteiro		
57	Exercendo atividade profissional Basa Bancária (Proprietário de)	—	—
58	Lide ou matriz	—	6.000,00
59	Agência-Língua-Escritório	—	2.000,00
60	Correspondente	—	300,00
	Basa de Comissões e Comsignações (Proprietário de)		
61	Bom movimento anual até Cr.\$50.000,00	1.800,00	2.160,00
62	Bom movimento anual acima de 50.000,00	3.000,00	3.600,00
	Basa de Comercio em geral (Proprietário de)		
63	Bom estoque até Cr.\$40.000,00	1.200,00 - 1.440,00	
64	Bom estoque até Cr.\$100.000,00	1.800,00 - 2.160,00	
65	De mais de Cr.\$100.000,00 a Cr.\$200.000,00	2.000,00 - 2.400,00	
66	De mais de Cr.\$200.000,00 a Cr.\$300.000,00	2.200,00 - 2.640,00	
67	De mais de Cr.\$300.000,00 a Cr.\$400.000,00	2.400,00 - 2.880,00	
68	De mais de Cr.\$400.000,00 a Cr.\$500.000,00	2.600,00 - 3.380,00	
69	De mais de Cr.\$500.000,00 a Cr.\$600.000,00	2.800,00 - 3.640,00	
70	De mais de Cr.\$600.000,00 a Cr.\$700.000,00	3.000,00 - 3.900,00	
71	De mais de Cr.\$700.000,00 a Cr.\$800.000,00	3.200,00 - 4.160,00	
72	De mais de Cr.\$800.000,00 a Cr.\$900.000,00	3.400,00 - 4.420,00	
73	De mais de Cr.\$900.000,00 a Cr.\$1.000.000,00	3.600,00 - 5.040,00	
74	De mais de Cr.\$1.000.000,00 a Cr.\$1.500.000,00	4.600,00 - 6.440,00	
	Nota: acima, diga-se, bom estoque superior a Cr.\$1.500.000,00 cobra-se a quantia de Cr.\$200,00 por Cr.\$100.000,00 ou fração de estoque.		
	Barcasalho Pedras e Areias (Proprietário de Depósito ou explorador de)		
75	Depósito ou exploração	200,00	240,00
76	Cereais em geral e outros produtos agrícolas (Comprador de)		

Itens	Especificação	Licença	Indústria e Profissões
76	Até 1.000 sacas de 60 quilos	—	2.869,00
77	De mais de 1.000 a 2.000 sacas de 60 kgs.	—	3.969,00
78	De mais de 2.000 a 3.000 sacas de 60 kgs.	—	5.069,00
79	De mais de 3.000 a 4.000 sacas de 60 kgs.	—	6.169,00
80	De mais de 4.000 a 5.000 sacas de 60 kgs.	—	7.480,00
81	De mais de 5.000 a 6.000 sacas de 60 kgs.	—	7.980,00
82	De mais de 6.000 a 7.000 sacas de 60 kgs.	—	8.800,00
83	De mais de 7.000 a 8.000 sacas de 60 kgs.	—	10.020,00
Nota: acima de 10.000 sacas cobra-se Cr. \$500,00 por mil sacas ou fração.			
83	Cinema (Proprietário de) (Ver o artigo nº 205) "Contador" - "Guarda-Livros"		
84	Exercendo atividade profissional com escritório sem escritório Circos, Teatros, etc. (Ver art. 205) Construtor, Arquiteto		11.000,00 500,00
86	Exercendo Atividade Profissional Consertador de Máquinas em geral		650,00
87	Máquinas em geral, exceto as de classificação especial		120,00
	Sortume (Proprietário de)		
88	Até 10 tanques	400,00	480,00
89	Até 20 tanques	700,00	840,00
90	Acima de vinte tanques ou mecanizada Corretor	11.000,00	11.200,00
91	Com movimento até Cr. \$ 100.000,00 anuais		11.000,00
92	De mais de Cr. \$ 100.000,00 a 500.000,00		11.500,00
93	Acima de Cr. \$ 500.000,00		2.000,00

Itens	Especificação	Ciência	Indústria e Profissões
	Couro e Peles (Comprador de)		
94	Até 1.000 kgs. por ano	300,00	360,00
95	De 1.000 a 3.000 kgs. por ano	520,00	620,00
96	Acima de 3.000 kgs. por ano	1.000,00	1.200,00
	Cerâmica (Proprietário de)		
97	Motorista, diga-se, motorizada	2.000,00	2.400,00
98	Não motorizada	1.000,00	1.200,00
	Decorador		
99	Exercendo atividade profissional		300,00
	Dentista		
100	Exercendo atividade profissional		1.200,00
101	Desenhista		
101	Com ou sem escritório		400,00
	Eletricista		
102	Exercendo atividade profissional		200,00
	Empreiteiro de Obras		
103	Exercendo atividade profissional		400,00
104	Empresa Funerária (Proprietário de)		
	Na hipótese de surgir empresa funerária, o Órgão exentivo regulará a cobrança do imposto "ad referendum" da Câmara Municipal		
	Encanador ou Bombeiro		
105	Exercendo atividade profissional		200,00
	Engenheiro Civil		
106	Exercendo atividade profissional		1.000,00
	Fábrica de (Proprietário de)		
	Balas - Doces - Confeitos -		
	Diga-se, Engraxate		
107	sendo estabelecido, por cadeira	50,00	60,00
	Fábrica de (Proprietário de)		
	Balas - Doces - Confeitos -		

Itens	Especificação	Seicença	Industria e Profissões
p108	Somente o proprietário	200,00	240,00
p109	Até 3 operários	400,00	480,00
p110	Acima de 3 operários	600,00	720,00
	Banha (Com direito a fabricar linguiças).		
p111	Somente o proprietário	300,00	360,00
p112	Até 3 operários	600,00	720,00
p113	Acima de 3 operários	1.000,00	1.200,00
	Bebidas Alcoolicas		
p114	Produção até 100 lts. diários	1.000,00	1.200,00
p115	Produção até 200 lts. diários	2.000,00	2.400,00
p116	Produção até 500 lts. diários	3.000,00	3.600,00
p117	Produção acima de 500 lts. diários	5.000,00	6.000,00
	Bebidas não Alcoolicas inclusive Refrigerantes		
p118	Produção até 100 lts. diários	600,00	720,00
p119	Produção até 200 lts. diários	1.000,00	1.200,00
p120	Produção até 500 lts. diários	1.500,00	1.800,00
p121	Acima de 500 lts. diários	2.000,00	2.400,00
	Baixa D'agua, Banilha, etc.		
p122	Aperfeiçoada	1.000,00	1.200,00
	Rudimentar	300,00	360,00
	Calçado		
p124	Somente o proprietário	350,00	420,00
p125	Até 3 operários	1.000,00	1.200,00
p126	Acima de 3 operários	2.000,00	2.000,00
	Barroca		
p127	Somente o proprietário	500,00	600,00
p128	Até 3 operários	850,00	1.020,00
p129	Acima de 3 operários	1.500,00	1.800,00
	Cêstos e similares		
p130	Aperfeiçoada	400,00	480,00

Itens	Especificação	Licença	Industriais e Profissionais
	Cigarros, Charutos e Bongôneros		
131	Com instalação rudimentar	520,00	630,00
132	Com instalações aperfeiçoadas	1.000,00	1.200,00
	Bolchão - pilsochoado - almofadas -		
133	Sómente o proprietário	200,00	240,00
134	Até 3 operários	300,00	360,00
135	Acima de 3 operários	500,00	600,00
	Farinha de Mandioca - Molho - Lubá -		
136	Motorizada	600,00	720,00
137	Rudimentar	300,00	360,00
	Nota: É isento deste imposto o produtor agrícola, incidindo apenas sobre o que compra a matéria prima.		
	Fogos de Artifício		
138	Sómente o proprietário	120,00	150,00
139	Até 3 operários	500,00	600,00
140	Acima de 3 operários	1.500,00	1.800,00
	Gelo		
141	Sómente o proprietário	150,00	180,00
142	Até 3 operários	500,00	600,00
143	Acima de 3 operários	800,00	940,00
	Ladrilhos e Azulejos		
144	Sómente o proprietário	150,00	180,00
145	Até 3 operários	550,00	660,00
146	Acima de 3 operários	1.000,00	1.200,00
	Manteiga		
147	Produção até 100 kgs. diários	1.000,00	1.200,00
148	Produção até 200 kgs. diários	1.500,00	1.800,00
149	De mais de 200 até 500 kgs. diários	2.500,00	3.000,00
150	Acima de 500 kgs. diários	3.500,00	4.200,00
	Nota: O fazendeiro que industrializar (este)		

Itens	Especificação	Licença	Indústria e Profissões
	a própria produção de leite, estão isentos deste imposto.		
	<u>Massas Alimentícias</u>		
151	Motorizada	1.500,00	1.800,00
152	Não Motorizada	500,00	600,00
	Marmorites, Granulites		
153-	Somente o proprietário	150,00	180,00
154-	Até 3 operários	550,00	660,00
155-	Acima de 3 operários	1.000,00	1.200,00
	<u>Perfume</u>		
156	Somente o proprietário	200,00	240,00
157	Até 3 operários	500,00	600,00
158	Acima de 3 operários	1.500,00	1.800,00
	<u>Produtos Químicos e Farmacêuticos</u>		
159	Somente o proprietário	420,00	500,00
160	Até 3 operários	550,00	660,00
161	Acima de 3 operários	1.500,00	1.800,00
	<u>Queijo e Requeijão</u>		
	(Não para o fazendeiro que beneficia a própria de leite)		
162	Até 200 quilos anuais	50,00	60,00
163	Até 300 quilos anuais	90,00	100,00
164	Acima de 300 quilos anuais	200,00	240,00
	<u>Roupas Feitas em Geral</u>		
	(Exceto alfaiate e representantes de casas que executam encomendas sob medida)		
165	Somente o proprietário	500,00	600,00
166	Até 3 operários	700,00	840,00
167	Acima de 3 operários	1.000,00	1.200,00
	<u>Sabão e Sabonete</u>		
168	Produção diária até 50 quilos	260,00	300,00

Itens	Especificação	Licença	Indústria e Profissões
169	Idem, Idem, até 200 quilos	500,00	600,00
170	Acima de 200 diários	1.200,00	1.200,00
	<u>Salame, Salsichas, Linguicas</u>		
171	Produção diária até 20 quilos	500,00	600,00
172	Idem, Idem, até 50 quilos	1.000,00	1.200,00
173	Idem, Idem, acima de 50 kgs.	1.500,00	1.800,00
	<u>Salarias</u>		
174	Somente o proprietário	500,00	600,00
175	Até 3 operários	1.000,00	1.200,00
176	Acima de 3 operários	2.000,00	2.400,00
	<u>Torrefação de Café</u>		
177	Produção diária até 50 quilos	450,00	540,00
178	Idem, Idem até 100 quilos	700,00	840,00
179	Idem, Idem, acima de 100 quilos	1.000,00	1.200,00
	<u>Móveis</u>		
180	Somente o proprietário	300,00	360,00
181	Até 3 operários	700,00	840,00
182	Acima de 3 operários	1.200,00	1.420,00
	<u>Sassouras e Similares</u>		
183	Somente o proprietário	180,00	210,00
184	Até 3 operários	300,00	360,00
185	Acima de 3 operários	600,00	720,00
	<u>Selas</u>		
186	Bom estabelecimento	180,00	210,00
	<u>Pinagre e Conservas</u>		
187	Aperfeiçoada	500,00	600,00
188	Rudimentar	200,00	240,00
	<u>Vidros</u>		
189	Somente o proprietário	260,00	310,00
190	Até 3 operários	400,00	480,00
191	Acima de 3 operários	600,00	720,00

Itens	Especificação	Science	Indústria e Profissões
	<u>Letra "L" Continuação</u>		
	<u>Farmacêutico</u>		
192	Exercendo atividade profissional - <u>Farmácia</u> (Aplica-se a tabela do Comércio em Geral)	-	550,00
	<u>Ferro Selho e outros metais</u>		
193	Comprador de ferro, etc. <u>Ferrador</u>	260,00	310,00
194	Exercendo a atividade profissional <u>Filme Cinematográfico</u> (Proprietário de Agência de distribuição de)		200,00
195	Tabela única <u>Fotógrafo</u>	2.800,00	3.360,00
196	com ateliê	400,00	480,00
197	sem ateliê	200,00	240,00
	<u>Fumo em Borda</u> (Não sendo pro- dutor agrícola)		
198	Produção anual até 1.500 quilos	200,00	240,00
199	Produção anual até 2.000 quilos	300,00	360,00
200	Acima de 2.000 quilos <u>Fundição</u> (Proprietário de Fundição)	500,00	600,00
201	Somente o proprietário	910,00	1.100,00
202	Até 3 operários	1.500,00	1.800,00
203	Acima de 3 operários <u>Funileiro, Batoleiro, Baldreiro</u>	3.000,00	3.600,00
204	Exercendo atividade profissional	200,00	240,00
205	<u>Frutaria</u> (Proprietário de)		
205	com estoque até Cr\$10.000,00	200,00	240,00
206	com estoque superior a Cr\$10.000,00	300,00	360,00
	<u>Lado Borrino</u>		
207	Comprador até 500 cabeças anuais		2.500,00

Item	Especificação	Licença	Indústria e Comércio
208	Idem até 1.000 cabeças anuais		3.000,00
209	Idem até 2.000 cabeças anuais		4.000,00
210	Comprador acima de 2.000		5.000,00
	<u>Lado Suino (Comprador de)</u>		
211	Comprador até 500 cabeças anuais		1.000,00
212	Comprador até 1.000 cabeças anuais		1.700,00
213	Comprador até 2.000 cabeças anuais		2.100,00
214	Comprador acima de 2.000		3.500,00
	<u>Hotel (Proprietário de)</u>		
215	até 10 quartos	750,00	900,00
216	até 20 quartos	1.500,00	1.800,00
217	até 40 quartos	2.800,00	3.360,00
218	Acima de 40 quartos	3.500,00	4.200,00
	<u>Jornais e Revistas (Proprietário de)</u>		
219	Pôsto ou banca	300,00	360,00
	<u>Lavanderia ou Fidatúria</u>		
	<u>(Proprietário de)</u>		
220	com aparelhamento especial	400,00	480,00
221	sem aparelhamento especial	200,00	240,00
	<u>Lenha (Proprietário de)</u>		
222	Depósito de Lenha	350,00	420,00
	<u>Máquinas de Beneficiar Feno</u>		
223	com capacidade até 40 sacas diárias	1.000,00	1.200,00
224	com capacidade até 100 sacas	1.600,00	1.920,00
225	com capacidade até 200 sacas	2.000,00	2.400,00
226	com capacidade até 300 sacas	4.000,00	4.800,00
227	com capacidade acima de 300 sacas	5.000,00	6.000,00
	<u>Máquinas de Beneficiar Café</u>		
	<u>(Proprietário de)</u>		
228	Tabela para arroz.		
	<u>Máquina de Beneficiar Café</u>		

Itens	Especificação	Licença	Indústria e Profissão
	(Proprietário de)		
229	Bom capacidade até 200 arrobas diárias	2.000,00	2.400,00
230	Bom capac. até 300 arrobas diárias	2.500,00	3.000,00
231	Bom capac. até 500 arrobas diárias	3.000,00	3.600,00
232	Bom capac. até mais de 500 arrobas	5.000,00	6.000,00
	Madeira (Proprietário de)		
233	Bom depósito de mad. benefic.	1.000,00	1.000,00
	Manicure, Pedicure, Massagista, Undulações (Proprietário de Salão ou não de)		
234	Bom ou sem gabinete	200,00	240,00
	Marmoraria (Proprietário de)		
235	Sómente o proprietário	300,00	360,00
236	Até 3 operários	500,00	600,00
237	Acima de 3 operários	1.000,00	1.200,00
	Material de Construção em Geral		
238	Aplique-se a Tabela de Comércio em Geral.		
	Médico		
239	Exercendo atividade profissional		1.350,00
	Mercearia (Vejá Tab. de Comércio)		
	Minérios em Geral (Comprador de)		
	(Vejá-se Tabela de Comércio em Geral)		
	Móveis (Negociante de) (Vejá-se Tab. de Comércio em Geral)		
	Olaria (Proprietário de)		
240	Motorizada	1.000,00	1.200,00
241	Não motorizada	500,00	600,00
	Oficina em Geral (Proprietário de)		
242	Bateria		
242	Reformador de Bateria	200,00	240,00
243	Até 3 operários	500,00	600,00
244	Acima de 3 operários	1.000,00	1.200,00

Itens	Especificação	Licença	Indústria e Profissões
<u>Consertos de Calçados</u>			
245	Sómente o proprietário	200,00	240,00
246	Até 3 operários	500,00	600,00
247	Acima de 3 operários	1.000,00	1.200,00
<u>Enrolador de Induzido e Instalação Elétrica em Veículos</u>			
248	Sómente o proprietário	200,00	240,00
249	Até 3 operários	500,00	600,00
250	Acima de 3 operários	1.000,00	1.200,00
<u>Ferreiro</u>			
251	Sómente o proprietário	200,00	240,00
252	Até 3 operários	500,00	600,00
253	Acima de 3 operários	1.000,00	1.200,00
<u>Lapidaria</u>			
254	Sómente o proprietário	470,00	560,00
255	Até 3 operários	1.000,00	1.200,00
256	Acima de 3 operários	2.000,00	2.400,00
<u>Mecânica em Geral</u>			
257	Sómente o proprietário	1.000,00	1.200,00
258	Até 3 operários	1.500,00	1.800,00
259	Acima de 3 operários	2.400,00	2.980,00
<u>Mecânicos de Conserto sem Maquinário</u>			
260	Sómente o proprietário	450,00	540,00
261	Até 3 operários	600,00	720,00
262	Acima de 3 operários	1.000,00	1.200,00
<u>Niquelacão, Oxidação, Douracão - (Proprietário de)</u>			
263	Sómente o proprietário	300,00	360,00
264	Até 3 operários	500,00	600,00
265	Acima de 3 operários	800,00	960,00

Itens	Especificação	Diária	Indústria e Profissões
	<u>Ourives, Joalheiro</u>		
266	Somente o proprietário	300,00	360,00
267	Até 3 operários	500,00	600,00
268	Acima de 3 operários	1.000,00	1.200,00
	<u>Radiador (Conserto de)</u>		
269	Somente o proprietário	200,00	240,00
270	Até 3 operários	500,00	600,00
271	Acima de 3 operários	1.000,00	1.000,00
	<u>Solda Elétrica e Autogênica</u>		
272	Por aparelho	390,00	470,00
	<u>Sulcanização:</u>		
273	Somente o proprietário	300,00	360,00
274	Até 3 operários	500,00	600,00
275	Acima de 3 operários	1.000,00	1.200,00
	<u>Seta "J"</u>		
2	<u>Cladaria (Proprietário de)</u>		
276	Mecanizada	1.000,00	1.200,00
277	Não Mecanizada	600,00	720,00
	<u>Capelaria (Venda de Tab. de Comércio em geral)</u>		
	<u>Carteira (Licenciada ou Diplomada)</u>		
278	Exercendo atividade profissional		200,00
	<u>Leixe (Vendedor de)</u>		
279	Com estabelecimento	250,00	300,00
	<u>Senhores (Proprietário de Casa de)</u>		
280	Qualquer Casa	3.000,00	3.600,00
	<u>Senso (Proprietário de)</u>		
281	Fornecendo atividade, diga-se, fornecendo apenas refeições avulsas ou a domicílio	200,00	240,00
282	Fornecendo alimentação e hospede-		

Itens	Especificação	Licença	Indústria e Profissões
283	doagem até 6 quartos Comedores alimentação e hospeda- gem até 10 quartos	600,00 1.000,00	720,00 1.200,00
	Nota: acima de 10 quartos pagar-se a quantia de Cr. \$ 100,00, por quarto, tam- to para o imposto de licença, quanto - para o de indústria e Profissão.		
	<u>Pintor</u>		
284	Bom ou sem atelier <u>Procurador de Partes</u>		200,00
285	sem classificação <u>Quarto ou Apartamento de Aluguel</u>		200,00
286	Até cinco quartos	?	? ..
287	Acima de 5 quartos	?	?
	<u>Roupas em Geral</u> (Representante ou vendedor de roupas em geral)		
288	Sob medida e confeccionada fora do Município	200,00	240,00
	<u>Radiologia, Radiografia, e Congê- neres.</u> (Proprietário de Gabinete)		
289	Por gabinete <u>Restaurante</u> (Proprietário de)	—	800,00
290	Préximo a Bar	300,00	360,00
291	Isolado com instalação modesta	600,00	720,00
292	Isolado com instalação luxuosa	1.000,00	1.200,00
	<u>Serraria</u> (Proprietário de)		
293	Somente serra de desdobro	300,00	360,00
294	Com serra francesa ou semelhante	900,00	1.080,00
	<u>Sorveteria</u> (Proprietário de)		
295	Fabricando picolé, sorvete, etc.	300,00	360,00
	<u>Tipografia</u> (Proprietário de)		

Itens	Especificação	Licença	Indústria e Profissões
296	Somente o proprietário	300,00	360,00
297	Até 3 operários	540,00	650,00
298	Acima de 3 operários	1.200,00	1.560,00
	Para estoque de mercadoria à venda, separar a Tab. de Comerc. em Geral.		
	<u>Transporte</u> (Proprietário de Empresa de)		
299	Por veículo até 25 lugares	—	400,00
300	Por veículo com mais de 25 lugares	—	600,00
	<u>Veterinário</u>		
301	Exercendo atividade profissional		400,00
	<u>Veículos em Geral</u> (Proprietário de)		
302	a) Aluguel	350,00	—
	b) Particular	300,00	—
303	<u>Caminhão</u>		
	a) Até 4½ toneladas	450,00	—
	b) Acima de 4½ toneladas	450,00	—
304	<u>Camioneta</u>		
	a) Até 500 quilos	300,00	—
	b) Acima de 500 quilos	450,00	—
305	<u>Leop.</u>		
	a) De aluguel	350,00	—
	b) Particular	300,00	—
306	<u>Ônibus</u>		
	a) até 25 lugares	450,00	—
	b) Acima de 25 lugares	700,00	—
307	<u>Terça ou Microônibus</u>		
	a) até 15 lugares	350,00	—
	b) Acima de 15 lugares	450,00	—
	<u>Motocicleta</u>		
308	De aluguel ou particular	120,00	—
	<u>Veículos não motorizados</u> (Proprietário de)		

Itens	Especificação	Licença	Indústria e Refinios
309	<u>Bicicleta</u>		
	De aluguel ou particular	100,00	—
310	<u>Carroça</u>		
	a) De aluguel	120,00	—
	b) Particular	80,00	—
	Nota: Estão isentas as a serviço de propriedades agrícolas.		
311	<u>Carroção</u>		
	a) De aluguel	250,00	—
	b) Particular	160,00	—
312	<u>Charrutes</u>		
	a) aluguel	120,00	—
	b) Particular	80,00	—
	<u>Obras Particulares (Titulo VIII - Art. 183/185)</u>		
313	Construção até 60 mts ² .	80,00	
314	Construção até 100 mts ² .	100,00	
315	Construção até 200 mts ² .	200,00	
316	Construção acima de 200 mts ² .	400,00	
	Nota: Qualquer reparo ou construção que importe em alteração da planta primitiva 100,00		
	<u>Atos de Economia do Município e Assuntos de sua Competência (Titulo IX - Capítulo Único)</u>		
317	Certidões de características de imóvel para fim de averbação à margem do Registro de Imóveis ou para qualquer outro fim	80,00	
318	Certidões de quitação	50,00	
319	Qualquer outra certidão	30,00	
320	Entrada de requerimento ou petição	10,00	
321	Selo de conhecimento (presentemente cobrado por Verba	5,00	
	<u>Receitas Diversas</u>		

Itens	Especificação	Quantidade	Indústria e Comércio
<u>Cemitério</u>			
322	Borsa rasa:		
	a) Para crianças	100,00	
	b) Para adultos	200,00	
323	Terreno perpetua	1.000,00	
Nota: A obtenção do terreno perpetuo se subordina a requerimento previo, bem como assentamento de títulos.			
Beres, 25 de novembro de 1957			
Dr. Domingos Mendes da Silva - Prefeito Municipal			
Domingos Bueno da Fonseca - Secretário			

A sequência continua na página seguinte.